

MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia  
ISSN 2318-0811  
Volume II, Número 2 (Edição 4) Julho-Dezembro 2014: 651-676



# Mises e Hayek Desomogeneizados\*

Joseph T. Salerno\*\*

**Resumo:** Desde seu renascimento no início dos anos 1970, o que veio a se chamar de “Economia Austríaca” tem sido considerado, pela maior parte de seus adeptos contemporâneos, como a continuação de uma tradição unificada que pode ser rastreada até Carl Menger. Este artigo desafia essa perspectiva e argumenta que, de fato, duas tradições muito diferentes emergiram do trabalho de Menger. Uma tradição pode ser rastreada, através da obra de F. A. Hayek, a Friedrich Wieser, um dos dois seguidores mais proeminentes de Menger. A outra tradição emana dos escritos do outro discípulo principal de Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, e inclui seu aluno Ludwig von Mises. Este ensaio defende a tese de que essas duas tradições separadas existem e foram confundidas pelos austríacos modernos.

**Palavras-Chave:** Economia Austríaca, Ludwig von Mises, F. A. Hayek, Israel Kirzner.

## Mises and Hayek Dehomogenized

**Abstract:** Since its revival in the early 1970s, what was called “Austrian economics” has been regarded by most of its contemporary adherents as the outgrowth of a unified tradition that can be traced back to Carl Menger. This paper challenges this view and argues that in fact two very different traditions grew out of Menger’s work. One tradition can be traced back to the works of F. A. Hayek to Friedrich Wieser, one of Menger’s most prominent followers. The other tradition stems from the writings of Menger’s other leading disciple, Eugen von Böhm-Bawerk, and includes the latter’s student Ludwig von Mises. This essay defends the thesis that these two separate traditions exist and have been confused with modern Austrians.

**Keywords:** Austrian Economics, Ludwig von Mises, F. A. Hayek, Israel Kirzner.

**Classificação JEL:** B13, B25, B53.

---

\* O artigo é uma versão revista do texto publicado originalmente em: ROBBINS, John W. & SPANGLER, Mark (Eds.). *A Man of Principle: Essays in Honor of Hans F. Sennholz*. Grove City: Grove City College Press, 1992. O autor gostaria de reconhecer, com gratidão, os comentários sobre uma versão anterior deste ensaio, feitos por Murray N. Rothbard, David Gordon, Israel M. Kirzner e Lawrence H. White, por me ajudarem a retificar erros e ambiguidades, bem como a aperfeiçoar, de modo geral, minha exposição original. Este reconhecimento não significa que esses indivíduos arcam com qualquer resquício de responsabilidade pelas imperfeições remanescentes no ensaio, ou que os dois últimos concordam com quaisquer de seus argumentos no que toca às suas respectivas obras.

Traduzido do original em inglês para o português por Claudio A. Tellez-Zepeda.

\*\* **Joseph T. Salerno** é professor de Economia no departamento de Finanças e Economia na Lubin School of Business da Pace University em New York, vice-presidente acadêmico do Ludwig von Mises Institute, editor da *Quarterly Journal of Austrian Economics* e membro do Conselho Editorial de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Recebeu seu Ph.D. em Economia pela Rutgers University, New Brunswick, New Jersey. Publicou mais de cinquenta artigos e ensaios em revistas acadêmicas ou coletâneas de ensaios. É autor de *Money: Sound and Unsound* (Ludwig von Mises Institute, 2010) e editou ou co-editou vários livros como *Prices and Production and Other Works: F.A. Hayek on Money, the Business Cycle and the Gold Standard* (Ludwig von Mises Institute, 2008) e *A History of Money and Banking in the United States: The Colonial Era to World War II* de Murray N. Rothbard (Ludwig von Mises Institute, 2005), dentre outros.

E-mail: [jsalerno@pace.edu](mailto:jsalerno@pace.edu)

Um fator importante que contribuiu para o ressurgimento da Economia Austríaca nos anos 1970 foi o aparecimento de um punhado de artigos que chamaram a atenção da profissão econômica para o caráter distintivo da tradição de teorização fundada por Carl Menger (1840-1921)<sup>1</sup>. Indiscutivelmente, o mais influente desses artigos foi escrito pelo notável estudioso de Léon Walras (1934-1910), William Jaffé (1898-1980), e intitulado “Menger, Jevons and Walras De-Homogenized”<sup>2</sup>. Neste artigo, Jaffé argumentou persuasivamente que os três fundadores do marginalismo, cujas contribuições até um certo ponto tenderam a se confundir, devido a um foco exclusivo sobre suas descobertas contemporâneas do princípio marginal, iniciaram na verdade tradições separadas e distintas do método e análise econômica. Considerado em conjunto com o recebimento do Prêmio Nobel de Economia por F. A. Hayek (1899-1992) em 1974 e as conferências acadêmicas sobre Economia Austríaca realizadas anualmente entre 1974 e 1976, este artigo e os demais mencionados acima ampliaram e reforçaram o reconhecimento e o interesse na Economia Austríaca contemporânea como uma alternativa ao paradigma neoclássico predominante.

Mas a tradição mengeriana desenvolveu-se em direções muito diferentes por seus brilhantes discípulos, Eugen von Böhm-Bawerk (1851-194) e Friedrich von Wieser (1851-1926), assim como por seus próprios estudantes e seguidores. Sem delinear este desenvolvimento doutrinal em detalhes, é suficiente dizer que, hoje, o termo “Economia Austríaca” é utilizado para denotar dois

paradigmas muito diferentes. Uma deriva de Wieser e pode ser chamado de paradigma “hayekiano”, pois representa uma elaboração e sistematização das perspectivas mantidas por F. A. Hayek, um aluno de Wieser na Universidade de Viena. Embora ainda esteja por ser reconhecida de modo geral pelos austríacos, a influência de Wieser sobre Hayek foi considerável e revela-se especialmente nos primeiros trabalhos deste último sobre a teoria da imputação, os quais buscaram defender a posição wieseriana (contrariamente à böhm-bawerkiana/misesiana) de que o problema da imputação deve ser resolvido dentro do contexto de uma economia sem trocas sujeita ao controle de uma única vontade, mas de alguma forma capaz de calcular utilizando o valor (subjetivo) como a “forma aritmética da utilidade”<sup>3</sup>. O para-

<sup>1</sup> Ver, por exemplo: STREISSLER, Erich. To What Extent Was the Austrian School Marginalist? *History of Political Economy*, Vol. 4 (Fall 1972): 426-41; JAFFÉ, William. Menger, Jevons and Walras De-Homogenized. *Economic Inquiry*, Vol. 14 (December 1976): 511-24; e os artigos na Edição Especial sobre Carl Menger e a Escola Austríaca de Economia no *Atlantic Economic Journal*, Vol. 6 (September 1978).

<sup>2</sup> JAFFÉ. Menger, Jevons and Walras De-Homogenized. *Economic Inquiry*, Vol. 14, No. 4 (December 1976): 511-24.

<sup>3</sup> Ver, em particular, HAYEK, F. A. Some Remarks on the Problem of Imputation. In: McCLOUGHRY, Roy (Ed.). *Money, Capital, and Fluctuations: Early Essays*. Chicago: University of Chicago Press, 1984. p. 33-54. O fato de que não há possibilidade de cálculo econômico e de alocação racional ou propositada de recursos em uma economia baseada na divisão do trabalho onde ocorre a ação de somente uma vontade é, claramente, a essência da crítica de Mises ao socialismo. Percebendo o abismo intransponível entre a sua posição e a de Wieser a respeito da possibilidade de imputar valores diretamente a bens de ordem mais elevada na ausência de trocas monetárias, Mises, em seu *Notes and Recollections* (MISES, Ludwig von. *Notes and Recollections*. Spring Mills: Libertarian Press, 1978. p. 36), escreveu que “A teoria da imputação [de Wieser] é insustentável. Suas ideias sobre o cálculo do valor corroboram a conclusão de que ele não poderia ser considerado um membro da Escola Austríaca, mas sim da Escola de Lausanne”. Mais ainda, Hayek, seguindo explicitamente Wieser, concebe o principal problema da teoria do capital como sendo explicar como os recursos não permanentes que constituem o estoque de capital podem gerar um retorno líquido (físico) permanente (HAYEK, F. A. *The Pure Theory of Capital*. Chicago: University of Chicago Press, 1952. p. 54-55). Este método de Wieser-Hayek de descrever o *quaesitum* da teoria do capital dá vantagem a explicar o retorno de juros sobre o capital em termos de considerações de produtividade (ao invés de preferência temporal) e, ao mesmo tempo, desvia a atenção do que Böhm-Bawerk brilhantemente percebeu como sendo a questão fundamental que deve ser respondida de forma satisfatória por uma teoria

digma hayekiano enfatiza a fragmentação do conhecimento e a sua dispersão na multidão de consumidores e produtores individuais como o principal problema da cooperação social e econômica, e considera o sistema de preços do mercado como o meio pelo qual esse conhecimento disperso é revelado e comunicado para os tomadores de decisões relevantes no processo de produção<sup>4</sup>.

---

correta do juro, e que foi respondida pela teoria das preferências temporais puras de Mises: qual é a causa da diferença no valor entre bens que diferem somente em sua disponibilidade temporal? Mais ainda, Hayek (Idem. *Ibidem.*, p. 27, 156), ao teorizar sobre o capital, vale-se significativamente do dispositivo wieseriano de uma sociedade comunista sujeita ao controle de um ditador onisciente, um dispositivo que reflete uma falta de preocupação paradigmática com problemas de apreciação e cálculo monetário. Finalmente, temos a revelação de Hayek de que sua doutrina da moeda neutra representa um desenvolvimento, embora “inconsciente”, das observações de Wieser sobre os efeitos de “uma oferta unilateral de moeda” (HAYEK, F. A. On Neutral Money. In: McCLOUGHRY. **Money, Capital, and Fluctuations**. p. 160).

<sup>4</sup> Assim, por exemplo, a crítica de Wieser ao planejamento central repousa em uma visão proto-hayekiana do mercado como o meio para resolver problemas de conhecimento. De acordo com Wieser:

O comando e vontade única que, na Guerra e para a unidade legal, é essencial e indispensável como o laço que conecta as forças comuns, deprecia a eficácia da agência na ação econômica conjunta. Na economia, embora tenha se tornado social, o trabalho sempre é realizado fracionalmente. [...] Performances parciais deste tipo são executadas de maneira muito mais eficiente por milhares e milhões de seres humanos, vendo com milhares e milhões de olhos, exercendo as muitas vontades: seus desejos serão equilibrados, uns contra os outros, muito mais precisamente do que se todas essas ações, tal como em algum mecanismo complexo, tivessem que ser guiadas e dirigidas por algum controle superior. Um incitador central deste tipo nunca poderia estar informado a respeito das incontáveis possibilidades, que devem ser satisfeitas para cada caso individual, no que se refere ao máximo de utilidade a ser derivada das circunstâncias dadas ou os melhores passos a serem tomados para o avanço e progresso futuro. (WIESER, Friedrich von. **Social Economics**. Trad. A. Ford Hinrich. New York: Augustus M. Kelley, 1967. p. 396-97).

Estou em dívida com Peter Boettke, da George Mason University (GMU), por chamar minha atenção para esta passagem.

O outro paradigma é o misesiano, assim chamado porque Ludwig von Mises (1881-1973) foi o primeiro a expô-lo sistematicamente. Este paradigma representa um desenvolvimento do pensamento de Böhm-Bawerk e concentra-se no cálculo monetário utilizando preços reais de mercado como pré-condição necessária para a alocação racional de recursos dentro de um sistema econômico que apresenta especialização e divisão do trabalho<sup>5</sup>.

Infelizmente, a maioria daqueles que, atualmente, consideram-se “economistas austríacos” fracassaram em reconhecer as diferenças consideráveis entre esses dois paradigmas. E como Mises foi a principal influência nos primeiros trabalhos de Hayek sobre a teoria do ciclo de negócios e sobre o problema do cálculo socialista, a manifestação mais importante deste fracasso é a tendência a atribuir a Mises posições que foram originadas por Hayek, ou desenvolvidas independentemente por aqueles que trabalham dentro do paradigma hayekiano. Esta tendência é reforçada pelo que pode ser chamado de “presunção Whig”, que inexplicavelmente ainda prevalece entre muitos austríacos, apesar da publicação do livro de Thomas Kuhn (1922-1996) há cinco décadas<sup>6</sup>, segundo o qual, dado que Hayek “veio depois” de Mises, deve ter incorporado em sua própria obra tudo o que valia a pena de seu predecessor<sup>7</sup>. O resultado é que a aten-

---

<sup>5</sup> Sobre a importância crucial do cálculo monetário no paradigma misesiano, ver SALERNO, Joseph T. Ludwig von Mises as Social Rationalist. **Review of Austrian Economics**, Vol. 4 (1990): 36-41. Ver também SALERNO, Joseph T. Two Traditions in Modern Monetary Theory: John Law and A. R. J. Turgot. **Journal des Economistes et des Etudes Humaines**, Vol. 2 (June/September 1991): 368-70.

<sup>6</sup> KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962 [Em língua portuguesa, ver: KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 7.ª ed., 2003. (N. do T.)].

<sup>7</sup> Esta recrudescência da “presunção Whig” entre membros e observadores da Escola Austríaca contemporânea foi trazida à luz recentemente em:

ção foi desviada do paradigma misesiano e aqueles que buscam aprofundá-lo e ampliá-lo enfrentam dificuldades crescentes para obter reconhecimento pelos seus próprios esforços ou para canalizar os interesses e esforços dos acadêmicos austríacos mais jovens para essa mesma empreitada. Assim, existe atualmente uma necessidade imperiosa, especialmente para os misesianos, de assumirem a tarefa de uma desomogeneização doutrinal corajosa e exaustiva de Hayek e Mises.

Evidências desta necessidade são apresentadas em algumas das contribuições no *Festschrift*<sup>8</sup> em homenagem a Hans Sennholz (1922-2007) – ironicamente, um estudante de Ludwig von Mises cujos escritos, na maioria dos tópicos, enquadram-se perfeitamente no paradigma misesiano. Enquanto este volume contém diversos artigos informativos, instrutivos ou inspiradores de indivíduos associados com o Dr. Sennholz em diversas áreas, ou profundamente influenciados pelos seus prodigiosos e perspicazes escritos em uma ampla gama de assuntos político-econômicos, estou interessado principalmente em um punhado de contribuições de economistas austríacos acadêmicos. Ao invés de proporcionar uma análise crítica desses artigos, restringirei-me a demonstrar que, em cada caso, o autor imputa a Mises o apoio implícito ou explícito para, ou a autoria de um ou mais posicionamentos originados por Hayek ou enraizados em uma perspectiva hayekiana dos processos de precificação do mercado.

Começarei pela contribuição de Israel M. Kirzner no ensaio “Human Action, Freedom and Economic Science”<sup>9</sup> [Ação Humana, Liberdade e Ciência Econômica], que lida

com a evolução de seu próprio entendimento do conceito misesiano de ação humana, desde a publicação de *The Economic Point of View* [O Ponto de Vista Econômico], seu primeiro livro, em 1960<sup>10</sup> até 1991, ano no qual concluiu o ensaio sob análise. Nesse ensaio, Kirzner repudia explicitamente o posicionamento que assumiu no capítulo final de seu livro de 1960, de que o elemento definidor da ação humana é a “intencionalidade”, interpretada de forma estrita tal como expressa na economização e na escolha, e de que a estrutura inteira da economia misesiana, inclusive seu delineamento do processo dinâmico de mercado, pode ser deduzido logicamente a partir de uma percepção sobre “o poder da razão para guiar o comportamento propositado”<sup>11</sup>. Agora, diz Kirzner, percebeu que seu entendimento inicial do posicionamento de Mises é “inadequado”, dado que pode somente render conclusões sobre “decisões tomadas em situações dadas” e é, portanto, incapaz de analisar “aqueles processos sistemáticos de mercado que são tão centrais na economia misesiana”<sup>12</sup>.

Enquanto Kirzner ainda atribui um papel central ao conceito de intencionalidade em sua reinterpretação de Mises, trata-se de um conceito livre de referência explícita à economização e escolha, e completamente redefinido em termos de estado de alerta e descoberta. Portanto, para Kirzner, “a intencionalidade da ação humana” [...] “é a chave essencial para os agentes fazerem a descoberta de que não estão, de fato, nas ‘situações dadas’, as quais tinham até então suposto como relevantes”, e é a “intencionalidade que define e identifica a ação humana consciente” que motiva “o estado de alerta com respeito ao mundo dinâmico no qual vivemos”<sup>13</sup>. Essas características essenciais da intencionalidade são resumidas no livro *Perception*,

ROTHBARD, Murray N. The Present State of Austrian Economics. **Working Paper**. Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama (Nov. 1992): 4-5.

<sup>8</sup> ROBBINS, John W. & SPANGLER, Mark (Eds.). **A Man of Principle: Essays in Honor of Hans F. Sennholz**. Grove City: Grove City College Press, 1992.

<sup>9</sup> KIRZNER, Israel M. Human Action, Freedom and Economic Science. In: ROBBINS & SPANGLER (Eds.). **A Man of Principle**. p. 241-49.

<sup>10</sup> KIRZNER, Israel M. **The Economic Point of View: An Essay in the History of Economic Thought**. Kansas City: Sheed and Ward, 2ª ed., 1976 [1960].

<sup>11</sup> KIRZNER. Human Action, Freedom and Economic Science. p. 244.

<sup>12</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 244.

<sup>13</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 245, 247.

*Opportunity, and Profit* [Percepção, Oportunidade e Lucro], de 1979, por Kirzner na afirmação de que “a ação humana propositada envolve uma postura de estado de alerta para com a descoberta de oportunidades ainda despercebidas e a sua exploração”<sup>14</sup>. Sem dúvida, ao propor esta definição, a intenção de Kirzner não é ignorar completamente o aspecto de intencionalidade que se expressa na escolha humana<sup>15</sup>. Entretanto, não oferece argumento estabelecendo uma conexão lógica entre esses dois aspectos da intencionalidade e meramente assevera uma “propensão” predominante, inerente à ação humana, “para farejar as oportunidades que estão à espreita ao virar da esquina”, “para descobrir aquilo que é útil”, “estar alerta às oportunidades”, “perceber o que pode ser útil”, etc. Através desta maneira de proceder, Kirzner espera proporcionar uma fundamentação praxeológica para a tendência empírica do processo de mercado na direção do equilíbrio, tal como afirmado por Hayek<sup>16</sup>. Assim, Kirzner descarta aquilo que chama de “qualquer padrão programado de maximização alocativa”, ou “tomada de decisões estática”, i.e., escolha, como uma expressão trivial da intencionalidade que é incapaz de iluminar as tendências equilibrantes do processo dinâmico de mercado. Em seu lugar, propõe a “descoberta”, i.e., “a propensão empreendedora do homem para descobrir mudanças que podem contribuir para seu benefício”, como a marca característica da ação humana propositada<sup>17</sup>.

É importante reiterar, neste ponto, que Kirzner não está criticando a concepção de Mises de comportamento propositado, mas sim seu próprio fracasso anterior para compreender completamente esta concepção, dessa maneira imputando a Mises a origem da perspectiva da descoberta que Kirzner

elaborou de forma tão elegante em seus trabalhos posteriores. Logo, ao enfrentar a questão de por que Mises aparentemente endossou a interpretação inicial e equivocada de Kirzner a respeito de sua posição, escrevendo um elogioso prefácio ao livro *The Economic Point of View* de Kirzner, este responde que Mises não “articulou explicitamente” as percepções produzidas por esta perspectiva, e portanto pode muito bem ter acreditado que o que estava implícito em seu próprio posicionamento também estava implícito na “exposição superficial” de Kirzner de tal posicionamento. Ou, alternativamente e ainda menos plausível, Kirzner especula que o próprio Mises pode não ter estado ciente dessas implicações monumentais de seu próprio pensamento<sup>18</sup>.

Gostaria de sugerir, porém, que a explicação mais simples e plausível para Mises ter escrito um prefácio sem censuras é a correta: o capítulo de conclusão de Kirzner proporcionou uma explicação completa e precisa do que Mises sabia ser o seu próprio “ponto de vista econômico”, cujo elemento central o próprio Mises repetida e explicitamente caracterizou como sendo a ação humana propositada e descritível em termos da escolha e da alocação eficiente de recursos escassos. Além disso, ao contrário do que é sustentado por Kirzner, Mises realmente teve sucesso em deduzir, a partir desta noção restrita de comportamento proposital, teoremas cataláticos relevantes à análise do processo dinâmico de mercado. Antes de fazer este argumento, demonstrei que a ênfase de Kirzner na descoberta como a essência da intencionalidade o torna incapaz de lidar logicamente com o processo de escolha e, em última instância, com a própria existência do homem agente.

Para Mises, a ação humana, seja isolada, seja envolvendo troca monetária, está sempre motivada pela ânsia do ator por melhorar seu bem-estar e consiste em escolher entre empregos alternativos dos recursos cujos resultados

<sup>14</sup> KIRZNER, Israel M. *Perception, Opportunity, and Profit: Studies in the Theory of Entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press, 1979. p. 109.

<sup>15</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 28, 30-31.

<sup>16</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 13-33.

<sup>17</sup> KIRZNER. *Human Action, Freedom and Economic Science*. p. 245.

<sup>18</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 249, n. 1.

futuros necessariamente não são conhecidos com certeza. Dado que o processo de escolha implica, logicamente, incerteza – escolha e ação seriam, obviamente, fúteis em um mundo no qual os humanos estão predestinados a suportar uma sequência rigidamente imutável de eventos futuros conhecidos com certeza perfeita –, o pré-requisito para qualquer ato específico de escolha é a aquisição de conhecimento, por meio da experiência direta ou a partir de outras fontes de informação, a respeito dos eventos e circunstâncias prevaletentes do passado recente que poderiam ser relevantes na formulação de um “entendimento” das condições futuras sobre as quais as ações em consideração repercutiriam. Por exemplo, se o ator está escolhendo entre investimentos alternativos de recursos para produzir bens destinados à venda no mercado, então a informação sobre os preços “correntes”, i.e., preços obtidos do passado imediato, em adição ao conhecimento qualitativo que diz respeito às condições técnicas mais recentes de produção e às condições subjacentes às demandas dos consumidores, é uma orientação praticamente indispensável para realizar previsões sobre as condições futuras do mercado. É somente com base em tal conhecimento e previsões que o ator se torna capaz de avaliar e estimar os preços futuros dos diversos produtos que participam de seus cálculos de lucro monetário. Esses cálculos lhe permitem classificar os investimentos alternativos sob consideração, que então lhe permitem alocar seus recursos de maneira propositada e eficiente no momento da escolha.

Portanto, para Mises, o momento da escolha coincide com a emergência de uma escala de valores que é a *raison d'être* e a consumação das atividades de “descoberta” anteriores do ator e que fornece a estrutura para o comportamento propositado. Escolha e ação somente podem ser concebidas como ocorrendo dentro de uma tal “situação dada”. Contrariamente à interpretação posterior que Kirzner fez de Mises, a descoberta não pode servir como núcleo do axioma central em um sistema praxeológico, precisamente porque

não há a possibilidade de inferir, a partir dela, a “situação dada” que é um pré-requisito para o momento da escolha. Um ser que está sempre procurando “descobrir mudanças que ocorreram” nesta situação nunca pode *agir* sobre tais descobertas, pois é incapaz de criar a estrutura para escolher. Na interpretação kirzneriana mais recente, portanto, o *Homo agens* de Mises transformou-se em *Homo quaerens*, um buscador de conhecimento novo, de maneira incessante e sem objetivos, eternamente incapaz de utilizá-lo para aprimorar seu bem-estar; uma sombra dissociada do tempo (praxeológico), inexistente naquilo que Mises chama de “presente real”, que é a sequência interminável de “situações dadas”, criada por meio da avaliação empreendedora propositada da experiência passada e da previsão do futuro, e na qual toda ação é iniciada e toda vida humana é vivida<sup>19</sup>.

Estabelecemos, portanto, que, de acordo com Mises, a “descoberta” está logicamente implicada no próprio conceito de escolha, não necessitando ser postulada como uma faceta independente da intencionalidade humana e, mais ainda, que a propensão para descobrir novas oportunidades, quando analisada em isolamento com a característica essencial ou predominante da intencionalidade, é incapaz de produzir quaisquer proposições significativas a respeito da ação humana, isso sem mencionar o processo de mercado. Ou, em outras palavras, a partir da perspectiva da praxeologia misesiana, a coleta empreendedora de informações e a previsão nunca são atividades autônomas e de fluxo livre, que expressam diretamente a intencionalidade, mas estão sempre rigidamente governadas pelas exigências da escolha sob incerteza. Na minha interpretação, portanto, é uma distorção

<sup>19</sup> Para a concepção de Mises do “presente real”, ver: MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª. Ed., 2010. p. 134-35. Conforme Mises aponta, “o presente, enquanto duração, é a continuação das condições e oportunidades oferecidas à ação” (Idem. *Ibidem.*, p. 135). A ênfase na citação é minha.

significativa do pensamento de Mises dizer como Kirzner, que o elemento da descoberta na ação humana, em vez da “racionalidade maximizadora” aquilo que “impulsiona o mercado”<sup>20</sup>; para Mises, é o fato de que o empreendedor deseja alocar eficientemente seus recursos a serviço de seu objetivo de maximizar os lucros (e, em última instância, a utilidade) o que impulsiona tanto sua busca pela compreensão das condições futuras do mercado quanto, quando esta busca culmina na escolha proposital do processo de produção, o próprio processo dinâmico de mercado.

No entanto, e com relação à afirmação de Kirzner de que um sistema teorematizado derivado de um conceito de intencionalidade carente de uma dimensão de descoberta independente é incapaz de elucidar “aqueles processos dinâmicos por meio dos quais o mercado absorve e responde a mudanças exógenas”<sup>21</sup>, os quais são centrais à economia misesiana? Na verdade, a cataláxia misesiana é exatamente o prolongamento das implicações do comportamento proposital no qual engajam-se os indivíduos que percebem os benefícios da especialização e das trocas descritas pela lei das vantagens comparativas e cujas atividades produtivas são orientadas pelo cálculo monetário para satisfazer às demandas previstas dos consumidores da maneira mais barata possível. Para Mises, uma das funções mais importantes do processo de mercado é proporcionar os dados numéricos significativos, os preços monetários, que são utilizados em tais cálculos econômicos. Esses cálculos de lucro monetário permitem a cada produtor discernir e escolher propositalmente o padrão de utilização de seus recursos que espera ser capaz de maximizar sua satisfação obtida da participação no processo de trocas. Devido à complexidade das interações técnicas entre os fatores de produção e as inúmeras possibilidades de sua utilização e de combinação dentro de uma economia baseada na utiliza-

ção de capital, sem a capacidade de calcular, os produtores, não importando quanto conhecimento qualitativo possuam ou saibam a respeito dos dados econômicos, jamais seriam capazes de utilizar tal conhecimento na busca de seus propósitos e abandonariam a cooperação social sob divisão do trabalho como meio para incrementar seu bem-estar<sup>22</sup>. Assim, separar a escolha da descoberta, longe de elucidar a natureza e funcionamento do processo dinâmico de mercado, gera a condição sob a qual ele para de funcionar.

Após conectar o comportamento individual proposital com o processo de mercado, através da teoria do cálculo monetário, Mises formulou sua teoria cataláctica, com base na teoria de preços de Böhm-Bawerk e em sua própria teoria do promotor-empendedor, para analisar o funcionamento deste processo. Com o propósito de argumentar que a visão de Kirzner sobre o processo de mercado tem muito mais em comum com Hayek do que com Mises, permita-me enumerar brevemente as características mais proeminentes do entendimento de Mises do processo dinâmico de mercado como o resultado das ações calculáveis.

Primeiramente, concentro-me nas características dos preços que são gerados pelo processo de mercado e que servem como dados para o cálculo econômico. Esses são preços realizados; ou, em outras palavras, são o verdadeiro resultado dos processos históricos

<sup>20</sup> KIRZNER. *Human Action, Freedom and Economic Science*. p. 247.

<sup>21</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 245.

<sup>22</sup> Para discussões recentes da contribuição de Mises ao debate do cálculo socialista, que a caracterizam como sendo essencialmente um argumento a respeito do cálculo e não do conhecimento, ver: SALERNO, Ludwig von. *Mises as Social Rationalist*. p. 41-49; Idem, *Postscript: Why a Socialist Economy Is 'Impossible'*. In: MISES, Ludwig von. **Economic Calculation in the Socialist Commonwealth**. Auburn: Praxeology Press, 1990. p. 51-71; ROTHBARD, Murray N. *The End of Socialism and the Calculation Debate Revisited*. **Review of Austrian Economics**, Vol. 5, No. 2 (1991): 51-76; Idem. *The Present State of Austrian Economics*. **Review of Austrian Economics**, Vol. 5, No. 2 (1991): 19-22. Parece que agora Richard Ebeling, também, interpreta o argumento de Mises de maneira semelhante. Ver EBELING, Richard M. *Introduction*. In: EBELING, Richard M. **The Global Failure of Socialism**. Hillsdale: Hillsdale College Press, 1992. p. 6-8.

de mercado em cada instante do tempo e são determinados pelas escalas de valor dos pares marginais em cada mercado. São também, portanto, preços de equilíbrio do mercado, cujo estabelecimento coincide com uma situação momentânea, o que Mises chama de “estado de repouso natural” (PSR, de *Plain State of Rest*)<sup>23</sup>, no qual nenhum participante do mercado, dadas as suas classificações de utilidade marginal de bens e moeda existentes, bem como seu conhecimento dos preços prevalentes, pode melhorar seu bem-estar através da participação em mais atividades de troca. Contudo, apesar do seu caráter como preços de equilíbrio de mercado, também são preços de desequilíbrio. Dessa maneira, como consequência dos inevitáveis erros de previsão empreendedora e avaliação de preços sob incerteza, a maior parte dos bens são vendidos a

preços que não estão de acordo com seus custos monetários de produção, produzindo assim os lucros e perdas realizados para os produtores. Nem tampouco a lei do preço único para as mercadorias e a lei associada, porém mais abrangente, da igualdade espacial absoluta para o poder de compra da moeda valem no PSR, dado que as condições do mercado estão constantemente mudando, enquanto a informação de cada negociante sobre as condições correntes é necessariamente incompleta e os processos de arbitragem não operam instantaneamente<sup>24</sup>.

Em segundo lugar, para Mises, o processo de mercado é indeterminado e empreendedor. É indeterminado porque as mudanças exógenas contínuas nos dados econômicos sempre o impedem de alcançar um estado de equilíbrio no longo prazo, o que Mises chamou de “estado de repouso final” (FSR, de *Final State of Rest*), no qual todos os preços das mercadorias e o poder de compra da moeda são perfeitamente arbitrados, não há especulação sobre os estoques de mercadorias e os lucros e perdas foram totalmente erradicados<sup>25</sup>. O FSR é uma construção imaginária que permite ao economista isolar e descrever a totalidade da sequência de ajustes, inclusive a demorada reorientação da estrutura de produção, a qual resulta de uma determinada mudança nos dados econômicos. Na análise do FSR, o economista começa com um FSR inicial, introduz uma alteração nos dados, i.e., nos gostos, na tecnologia, na oferta monetária, etc., e então delinea os passos por meio dos quais o mercado ajusta-se a um novo FSR, mantendo durante todo o tempo uma suposição de *ceteris paribus*. A partir desta análise, pode-se inferir que a realocação de recursos, dos processos de produção menos lucrativos

<sup>23</sup> De acordo com Mises:

A noção de estado de repouso completo como foi desenvolvida pela teoria elementar dos preços, é uma descrição fiel do que se passa a cada instante no mercado. Quando um preço de mercado se afasta do nível em que oferta e demanda são iguais, se não houver obstrução, a tendência de retorno ao equilíbrio se manifesta automaticamente (MISES. *Ação Humana*. p. 864).

Para mais discussões sobre o PSR, ver Idem. *Ibidem.*, p. 244-45. Arthur W. Marget (1899-1962) também reconhece claramente que todos os preços que de fato emergem no transcurso do processo histórico de mercado são e devem ser os preços de equilíbrio de mercado que criam uma calma temporária nesse processo. Nas palavras de Marget:

Os preços que precisamos, em última instância, explicar, são os preços ‘realizados’ em momentos específicos do tempo do relógio [e] os únicos cronogramas de demanda e oferta que são diretamente relevantes para a determinação desses preços “realizados” são os cronogramas de demanda e oferta do mercado prevalentes no momento em que os preços são “realizados”. (MARGET, Arthur W. *The Theory of Prices: A Re-examination of the Central Problem of Monetary Theory*. New York: Augustus M. Kelley, 1966. 2v. Vol. 2, p. 253).

Para uma exposição da perspectiva de Marget sobre o processo dos preços e sua relevância para a teoria monetária, ver: SALERNO, Joseph T. Ludwig von Mises’s Monetary Theory in Light of Modern Monetary Thought. *The Review of Austrian Economics*, Vol. 8, No. 1 (1994): 71-115.

<sup>24</sup> Para uma micro-análise sob a perspectiva de Philip Wicksteed (1844-1927) da tendência do mercado para estabilizar-se rapidamente e manter a igualdade interespaçial no poder de compra da moeda, ver: Idem. *Ibidem.*, p. 98-105.

<sup>25</sup> A discussão de Mises a respeito da natureza e usos do conceito de FSR pode ser encontrada em: MISES. *Ação Humana*. p. 300-01.



para os mais lucrativos, coincide com um melhoramento na satisfação dos desejos dos consumidores.

Ou então o economista pode empregar a análise FSR para demonstrar que, se em qualquer ponto do tempo, todas as alterações subsequentes nos dados econômicos subitamente cessassem, os processos de ajuste atualmente em operação, que ocorrem em resposta a mudanças passadas, finalmente culminariam em um FSR e, se não ocorresse a interferência de mudanças posteriores, em um estado de atividade robótica eternamente repetitiva ou uma “economia uniformemente circular” (ERE, de *Evenly Rotating Economy*), na qual a incerteza, o empreendedorismo e a demanda por um meio de troca são eliminados e as próprias condições para a escolha e a ação são abolidas. Esta última maneira de empregar a análise é efetiva para ilustrar o ponto de que, a qualquer instante do tempo, todo comportamento intencional orientado para atingir um estado de satisfação ótima tende para um estado de inação. O que evita a emergência de um tal estado é o fluxo interminável dos meios e fins da ação. Assim, do ponto de vista da cataláctica de Mises, declarar que o mercado está “equilibrando” nunca pode ser considerado como significando que o processo de mercado de fato progride na direção de um equilíbrio de longo prazo no tempo histórico ou do calendário. Pode significar que as realocações dos recursos produtivos realizadas pelos empreendedores que buscam explorar as oportunidades de lucro previstas - se e quando tais lucros são realizados - resultam em um estado relativamente melhorado de satisfação dos desejos para os consumidores; ou pode significar que o complexo de escolhas e ações autônomas, ainda que coordenadas, que constituem o processo de mercado em qualquer momento dado no tempo histórico, é destinado ao estabelecimento de um estado ótimo de satisfação dos consumidores e tal estado seria o resultado, na ausência de mais mudanças nos dados.

Contudo, apesar de sua utilidade, Mises nunca pretendeu que a análise FSR propor-

cionasse um entendimento da função do empreendedor ou “promotor”, cujas atividades impulsionam o processo indeterminado do mercado a realmente desenvolver-se no tempo. Para Mises, o conceito de promotor transcende a categoria do empreendedor puro derivada do axioma da ação, e sua construção incorpora o conhecimento de um dado fundamental da análise cataláctica: que algumas pessoas são mais capazes do que outras para fazer previsões e ajustar-se a mudanças<sup>26</sup>. No contexto do processo misesiano de mercado, empreendedores-promotores são aqueles que buscam o lucro promovendo ativamente o ajustamento às mudanças. Não se contentam em ajustar passivamente suas atividades catalácticas a mudanças facilmente previsíveis ou a mudanças que já ocorreram em suas circunstâncias; mais propriamente, consideram a própria mudança como uma oportunidade para aprimorar suas condições e tentam agressivamente prevê-la e explorá-la. O verdadeiro processo de mercado é, portanto, empreendedor no sentido de que é impulsionado por uma classe de indivíduos identificável, embora em constante mudança, cujas atividades produtivas são orientadas pelos cálculos monetários baseados na realização intencional e perpétua de previsões a respeito de um futuro incerto e mutável<sup>27</sup>. Conforme observado acima, os preços utilizados em tal cálculo

<sup>26</sup> Sobre o conceito de “promotor”, ver: Idem. *Ibidem.*, p. 310-11, 366-75. Conforme Mises observa:

O que distingue o empresário ou promotor bem-sucedido das outras pessoas é precisamente o fato de ele não se deixar levar pelo que foi ou pelo que é [i.e, por meio dos preços realizados], mas de agir em função da sua opinião sobre o que será. Ele vê o passado e o presente como as outras pessoas; mas sua visão do futuro é diferente. [...] o impulso que determina suas ações resulta do fato de avaliar, diferentemente das outras pessoas, os fatores de produção e os futuros preços das mercadorias que com eles se podem produzir. (Idem. *Ibidem.*, p. 667).

<sup>27</sup> Foi William W. Hutt (1899-1988) quem descreveu de maneira feliz a atividade empreendedora como “dominada pela previsão perpétua” (HUTT, William H. **The Keynesian Episode: A Reassessment**. Indianapolis: Liberty Press, 1979. p. 165).

são os preços avaliados do futuro, i.e., os preços que se prevê que serão realizados em momentos futuros de um processo de mercado indeterminado que nunca cessará de ser fustigado por mudanças nos dados econômicos. Deve-se enfatizar que esses preços *não* são os mesmos preços que emergem no decorrer de um processo de mercado *ceteris paribus* ou sistemático (como Kirzner o chama), que progride suavemente para o FSR.

Em terceiro e último lugar, Mises concebe o processo de mercado como sendo de coordenação, “a essência da coordenação de todos os elementos da oferta e demanda”<sup>28</sup>. Isto significa que a estrutura dos preços (de desequilíbrio) realizados, que emerge continuamente no decorrer do processo de mercado e cujos elementos são empregados para o cálculo monetário, desempenha a função fundamental de equilibrar todos os mercados e, no processo, de coordenar os empregos produtivos e as combinações de todos os recursos, uns com os outros, e com as preferências antecipadas dos consumidores. Essa “coordenação de preços”, assegurando que os recursos escassos sejam garantidos pelos empreendedores que ofertam os preços mais elevados, também assegura que, a cada instante, a “Lei dos Custos” de Böhm-Bawerk prevaleça, ou seja, que a constelação de preços de recursos que emerge em um mercado não prejudicado por restrições legais *sempre* reflita a circunstância de que recursos existentes são destinados a seus usos mais valiosos, tal como determinado pelas avaliações empreendedoras dos preços futuros da produção<sup>29</sup>. Devemos observar que,

<sup>28</sup> MISES, Ludwig von. The Position of Money among Economic Goods. In: EBELING, Richard M. (Ed.). **Money, Method, and the Market Process: Essays in Honor of Ludwig von Mises**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1990. p. 65.

<sup>29</sup> Sobre a lei dos custos de Böhm-Bawerk como uma formulação inicial do conceito de coordenação de preços, ver: SALERNO. Two Traditions in Modern Monetary Theory. p. 369. A caracterização errônea de Böhm-Bawerk de sua lei dos custos como “uma lei que possui validade apenas aproximada e que está repleta de exceções” decorreu de seu fracasso em perceber que esta

como conceito aplicável ao mundo real da incerteza e mudança, a coordenação de preços misesiana é consistente com a retenção especulativa do trabalho e de outros recursos da produção corrente em antecipação à posterior emergência ou descoberta de empregos mais vantajosos<sup>30</sup>. Enquanto tais atividades especulativas podem modificar a forma momentânea das curvas de oferta e de demanda, e as valorações dos pares marginais nos mercados afetados, de forma alguma elas alteram a qualidade coordenadora do processo de mercado<sup>31</sup>.

Desde a perspectiva misesiana, a coordenação de preços é, portanto, a própria essência do mercado e um atributo necessário de sua existência real. Como tal, é um conceito *ex post*. Na ausência da coordenação de

---

lei não depende dos pressupostos de conhecimento e previsão perfeitos. A lei dos custos não requer que os empreendedores tenham conhecimento perfeito das condições futuras dos mercados mais do que a lei da utilidade marginal que os consumidores sejam capazes de prever perfeitamente suas escalas de valores futuras. Ambas as leis requerem, para sua plena aplicabilidade, somente que os agentes, seja alocando recursos para atingir objetivos finais de consumo, ou o objetivo empresarial do lucro pecuniário, avaliam e classificam os resultados *antecipados* das ações alternativas sob consideração. Para a apresentação da lei por Böhm-Bawerk, ver: BÖHM-BAWERK, Eugen. **Capital and Interest**. Trad. George D. Huncke. Spring Mills: Libertarian Press, 1959. 3v. Vol. 2, p. 248-56. O erro de Böhm-Bawerk ocorre nas páginas 255-56. Uma apresentação mais detalhada e a defesa da lei dos custos pode ser encontrada em: BÖHM-BAWERK, Eugen. The Ultimate Standard of Value. In: BÖHM-BAWERK, Eugen. **Shorter Classics of Eugen von Böhm-Bawerk**. Spring Mills: Libertarian Press, 1962. p. 351-70.

<sup>30</sup> A respeito deste ponto, ver: SALERNO, Joseph T. Commentary: The Concept of Coordination in Austrian Macroeconomics. In: EBELING, Richard M. (Ed.). **Austrian Economics: Perspectives on the Past and Prospects for the Future**. Hillsdale: Hillsdale College Press, 1991. p. 330-40.

<sup>31</sup> Para uma análise da especulação que demonstra que, seja ou não bem-sucedida, não impede o funcionamento do processo coordenador de mercado, ver: ROTHBARD, Murray N. **Man, Economy, and State: A Treatise on Economic Principles**. Los Angeles: Nash Publishing, 1970. 2v. Vol. 1, p. 112-18.

preços, p. ex., em um regime de controles totais de preços, a alocação dos recursos escassos no interior do sistema social de satisfação de desejos torna-se sem propósito e caótica. O conceito de equilíbrio, por outro lado, é um conceito *ex ante* que expressa o reconhecimento de que os empreendedores que respondem à isca dos lucros monetários esperados procuram prever e remover os desajustes que emergem continuamente entre os meios e os fins, e que seu sucesso nessa empreitada culminaria em um estado de satisfação ótima, i.e., inação. O equilíbrio pressupõe, portanto, a coordenação de preços da mesma maneira que, em um processo não-social de satisfação de desejos individuais, a alocação intencional de recursos pressupõe a existência de uma escala de valores unitária por meio da qual os recursos podem ser significativamente avaliados e classificados<sup>32</sup>.

Permita-me agora contrastar esta interpretação da concepção de Mises do processo de mercado como deduzida a partir do axioma do comportamento proposital com a interpretação kirzneriana que atribui a posição axiomática do sistema praxeológico misesiano à proposição de que os indivíduos são propensos a descobrir mudanças que já ocorreram em suas situações dadas. Nesta última interpretação, Mises não considera o mercado como um processo indeterminado, como um entrelaçamento complexo de processos de ajuste históricos que se influenciam mutuamente em diversos estados de realização, um processo que muda constantemente de direção em resposta a novas mudanças nos dados e que nunca de fato se aproxima temporalmente de um estado final de repouso e inação. Mais propriamente, a interpretação kirzneriana enfatiza o mercado como um processo “sistemático”, que verdadeiramente progride em direção ao equilíbrio

<sup>32</sup> Este entendimento do equilíbrio como um conceito estritamente *ex ante* está de acordo com o “conceito de equilíbrio puramente lógico”, exposto e defendido de maneira soberba por George Selgin. Ver SELGIN, George A. *Praxeology and Understanding: An Analysis of the Controversy in Austrian Economics*. *Review of Austrian Economics*, Vol. 2 (1988): 33-43.

mediante a realização de uma coordenação cada vez maior dos planos dos participantes do mercado. O objetivo último deste processo, a coordenação perfeita dos planos individuais, é um atributo do estado final de equilíbrio. Mas essa “coordenação de planos” está muito distante do conceito de coordenação de preços esboçada acima. Este último conceito, conforme argumentei, refere-se a uma coordenação realizada de todos os planos individuais de comprar e vender, desiguais e contingentes, subjacentes às curvas de oferta e demanda do mercado que realmente existem em um dado momento em um mundo incerto e mutável. A coordenação de planos, por outro lado, descreve uma situação imaginária na qual autômatos repetem incessantemente um padrão de ações logicamente consistente, uma situação que é semelhante à adaptação perfeita entre os elementos de uma fábrica completamente robotizada.

De fato, a perspectiva da descoberta de Kirzner não tem sua origem no conceito de ação humana de Mises, mas sim no conceito de Hayek do mercado como um meio para disseminar o conhecimento que orienta sistematicamente os tomadores de decisões descentralizados e inicialmente ignorantes para uma coordenação plena, *ex ante*, de seus diversos planos de produção e de consumo<sup>33</sup>. Mas dado que a coordenação de planos *ex ante* somente pode ser atingida no equilíbrio de longo prazo – é uma condição de definição de tal equilíbrio –, como tanto Hayek quanto Kirzner reconhecem, Kirzner é obrigado a mudar seu foco analítico do mundo real, do processo de mercado indeterminado, para um processo de mercado hipotético gerado pela ignorância inicial que os participantes do mercado apresentam a respeito da totalidade das oportunidades de trocas possibilitadas pela configuração prevalecente e *fixada* dos

<sup>33</sup> Hayek referiu-se a este estado de coisas como “um estado de completa compatibilidade dos planos *ex ante*” (HAYEK. *The Pure Theory of Capital*. p. 23). Adotando a terminologia preferida dos hayekianos contemporâneos, refiro-me a ele alternativamente como “coordenação de planos *ex ante*”.

dados econômicos e a qual deve, portanto, finalmente terminar em um FSR.

Com a possibilidade de mudança exógena e incerteza genuína banidas então desta competência, na análise de Kirzner do processo de mercado, o conceito de empreendedor-promotor dinâmico, que está permanentemente realizando previsões e avaliando o futuro buscando antecipar oportunidades de lucro, não tem utilidade. O processo de mercado caracteriza-se, agora, como impulsionado em direção a seu objetivo final e fixado da perfeita coordenação de planos por parte de empreendedores-descobridores alertas às “mudanças que ocorreram em suas reais situações de mercado”, i.e., às discrepâncias que emergem concomitantemente entre os preços de um mesmo bem disponível em diferentes localidades, ou de maneiras diferentes (produtos virtuais, i.e., recursos e produtos reais). Nessas condições quase-estáticas, a produção perde sua dimensão temporal e pode ser concebida como uma questão de pura arbitragem, i.e., de comprar e vender simultaneamente o mesmo bem em mercados espacialmente difusos. É somente sob essas circunstâncias, nas quais os produtores podem ser caracterizados como arbitradores, que se pode sustentar como verdadeira a proposta hayekiana de que a informação sobre os preços do passado imediato é um substituto para o conhecimento qualitativo detalhado das condições passadas e futuras do mercado para orientar o processo de produção. Como os produtores-arbitradores agem para explorar discrepâncias recém-descobertas entre os preços de insumos e produtos prevalecentes, a ignorância das oportunidades de realizar trocas mutuamente benéficas pelos participantes do mercado diminui de forma mensurável, os planos individuais de comprar e vender são progressivamente coordenados (no sentido *ex ante*) e os preços são sistematicamente direcionados para seus valores finais de equilíbrio.

Uma vez que abandonamos a suposição da ausência de trocas exógenas na análise do processo de mercado, caem por terra as caracterizações de Kirzner do empreendedor

como um descobridor alerta de oportunidades existentes, do processo de mercado como o meio para a coordenação de planos, e dos preços realizados como substitutos para o conhecimento qualitativo sobre os dados econômicos. E de fato precisamos fazer isto para interpretar Mises, porque ele não emprega tal suposição para analisar a função do empreendedor ou para deduzir conclusões sobre o processo dinâmico de mercado. Conforme observei acima, para Mises, a análise FSR, que utiliza esta suposição, é útil principalmente para demonstrar que as consequências de uma mudança nos dados econômicos não se restringem ao ajuste inicial do preço de mercado, mas também envolvem ajustes de longo prazo na alocação dos recursos e na estrutura da produção.

Hayek, por outro lado, mesmo em seus escritos iniciais sobre a teoria dos ciclos de negócios, quando encontrava-se mais fortemente sob a influência de Mises, vislumbrou a economia como em realidade afastando-se e rapidamente retornando para um “estado estático” sob o impacto das mudanças nos dados. Assim, em *Monetary Theory and the Trade Cycle* [Teoria Monetária e Ciclos Econômicos], por exemplo, Hayek escreveu que:

Pelo menos durante tempo no qual influências monetárias perturbadoras não estão operando, precisamos supor que o preço que os empreendedores esperam que resulte de uma mudança na demanda ou de uma mudança nas condições da produção irá mais ou menos coincidir com o preço de equilíbrio. Pois o empreendedor ... geralmente estará em posição de estimar o preço que prevalecerá depois que as mudanças tiverem acontecido [i.e., no novo FSR]<sup>34</sup>.

Mesmo que nos escritos posteriores Hayek tenha enfatizado que o estado de equilíbrio e a coordenação de planos *ex ante* sejam “uma construção admitidamente fictícia”, que nunca será observada no mundo real, ainda

<sup>34</sup> HAYEK, F. A. *Monetary Theory and the Trade Cycle*. Trad. de N. Kaldor e H. M. Croome. New York: Augustus M. Kelley, 1966. p. 29.

insistiu em que a eficiência do processo econômico deve ser avaliada pela sua proximidade observada a um tal estado. Conformemente, em *The Pure Theory of Capital* [Teoria Pura do Capital], argumentou que o que “justifica” o conceito de equilíbrio

não é que nos permite explicar por que as condições reais deveriam sempre, em alguma grau, aproximar-se de um estado de equilíbrio, mas sim que a observação mostra que elas de fato aproximam-se desse estado em alguma medida, e que o funcionamento do sistema econômico existente dependerá do grau no qual ele se aproxima dessa condição<sup>35</sup>.

Afirmando a “tendência” dos preços de mercado de conformar-se a seus níveis de equilíbrio, Hayek claramente indica que considera o mercado histórico como em geral operando muito próximo do estado de equilíbrio. Portanto, define “tendência” nos seguintes termos:

Um dado fenômeno pode tender a [aproximar-se em direção a] uma certa magnitude se, em um grande número de casos, podemos esperar que esteja razoavelmente perto dessa magnitude, mesmo se não houver razão para esperar que irá realmente atingi-la, não importando quanto tempo for permitido para o ajuste<sup>36</sup>.

De fato, como Hayek observa, para que os preços satisfaçam suas funções de disseminar conhecimento e coordenar planos, a economia precisa permanecer em um estado que chamarei de “equilíbrio proximal”, em que os preços realizados são sempre indicadores razoavelmente precisos dos preços futuros. Hayek escreve:

a ação econômica bem-sucedida [ou a satisfação das expectativas que levaram a ela] depende grandemente da asserção aproximadamente correta dos preços futuros. Tais previsões serão baseadas nos preços atuais e suas tendências. [...] De fato, a função dos preços é exatamente comunicar, tão rápido quanto possível, sinais de mudanças que o indivíduo

não pode conhecer, mas às quais seus planos precisam ser ajustados. Este sistema funciona, pois em seu conjunto os preços correntes proporcionam indicações razoavelmente confiáveis do que provavelmente serão os preços futuros<sup>37</sup>.

Kirzner evidentemente rejeita a concepção hayekiana de equilíbrio proximal como uma descrição realista do funcionamento da economia de mercado, argumentando que “o mercado está em um estado contínuo de fluxo e nunca está em ou nem sequer próximo a um estado de equilíbrio”.

Então, segue argumentando que a fase [endógena] de mudança, consistente de tendências sistematicamente equilibrantes (as quais nunca conseguem completar-se completamente antes de serem interrompidas por nova mudança exógena) é responsável pelo grau de eficiência alocativa e de crescimento potencial que a economia de mercado mostra<sup>38</sup>.

Contudo, se este é o caso, Kirzner logicamente deveria concluir, o que não faz, que as economias de mercado não são muito eficientes de todo, dado que já argumentou que o processo de mercado nunca vai muito longe em direção ao estado idealmente eficiente da perfeita coordenação de planos<sup>39</sup>. Deixando de lado este ponto, a teoria de Kirzner do empreendedor-descobridor, cujas atividades conduzem sistematicamente os preços de mercado para sua configuração de equilíbrio, pode ser considerada como uma tentativa de libertar a noção de Hayek da eficiência cata-

<sup>35</sup> HAYEK. *The Pure Theory of Capital*. p. 27-28.

<sup>36</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 27, n. 2.

<sup>37</sup> HAYEK, F. A. *Denationalization of Money - The Argument Refined: An Analysis of the Theory and Practice of Concurrent Currencies*. London: Institute of Economic Affairs, 2ª Ed., 1978. p. 82.

<sup>38</sup> KIRZNER, Israel M. *The Meaning of the Market Process: Essays in the Development of Modern Austrian Economics*. New York: Routledge, 1992. p. 38-39.

<sup>39</sup> Entretanto, se os padrões de eficiência de Kirzner são relativamente pouco exigentes e são satisfeitos mesmo por pequenos movimentos do processo de mercado em direção de seu ideal de perfeita coordenação de planos, então esta crítica perde a força. Estou em dívida com David Gordon por esclarecer-me a respeito deste ponto.

láctica como a coordenação *ex ante* de planos descentralizados de sua dependência com respeito à suposição vaga e insustentável do equilíbrio proximal como o estado normal da economia de mercado histórica. Entretanto, a própria tentativa de Kirzner invoca implicitamente as ideias de períodos em repouso no calendário, que separam choques exógenos sucessivos e durante os quais as mudanças exógenas equilibrantes podem, em certa medida, funcionar.

Mas não há mais fundamentação, no trabalho de Mises, para a ideia de Kirzner do equilíbrio em tempo real do que para o equilíbrio proximal hayekiano. Conforme Mises enfatizou, é impossível determinar e sugerir significativamente, em um dado instante do tempo, que a economia real está próxima do FSR e, portanto, que manifesta uma coordenação de planos melhor e uma maior eficiência alocativa do que no instante do tempo anterior. Para Mises, cada momento que passa introduz novas mudanças exógenas no sistema, que incidem sobre e reorientam o processo de mercado em andamento em direção a um novo FSR. Como resultado, muito pouco pode ser dito a respeito do progresso de qualquer um da série de processos de ajuste individuais que compõem o processo de mercado. De fato, a própria ideia de um processo de ajuste único e compartimentalizado não é mais do que uma ficção analítica útil que possibilita ao economista dar sentido aos fenômenos esmagadoramente complexos do processo de mercado unitário. Nas palavras de Mises:

os vários processos de ajustamento, na realidade, não são isolados. Num mesmo momento está ocorrendo um grande número desses processos, cujos percursos se cruzam e se influenciam mutuamente. Desenredar essa intrincada teia e observar a cadeia de ações e reações provocada por uma determinada mudança nos dados é uma tarefa difícil para o historiador, e os resultados alcançados são, em sua maior parte, escassos e duvidosos<sup>40</sup>.

Na interpretação alternativa da visão de Mises a respeito do processo de mercado que venho expondo, a noção de eficiência alocativa não tem relação com o critério hayekiano da coordenação de planos. Em vez disso, deriva de uma análise dos princípios do comportamento intencional. Portanto, do ponto de vista *ex ante*, a economia de mercado é perfeitamente eficiente, porque as decisões empreendedoras baseadas no cálculo monetário sempre resultarão na avaliação e alocação de recursos em estrita conformidade com as preferências antecipadas dos consumidores, da mesma maneira em que as escolhas de um ator individual produzem um padrão de utilização de recursos que reflete sua classificação dos valores das satisfações esperadas. Assim, a lei dos custos de Böhm-Bawerk, de acordo com a qual o preço monetário de todo e qualquer recurso sempre corresponde ao emprego avaliado como o menor para o qual a quantidade disponível é exatamente suficiente, i.e., sua receita esperada do produto marginal é o equivalente cataláctico perfeito da lei da utilidade marginal que governa as trocas autistas. Longe de ser trivial, este conceito de eficiência *ex ante* é indispensável para distinguir a economia de mercado desimpedida de outros métodos concebíveis de organizar a cooperação social sob divisão do trabalho. Assim, uma economia industrial de planejamento central é de realização impossível pois, na ausência de trocas reais de fatores produtivos e de preços genuínos dos fatores, os planejadores são incapazes de calcular “custos” e, portanto, de alocar de forma intencional ou eficiente os recursos dados que estão sob seu controle, mesmo de acordo com sua própria escala de valoração de fins.

O critério do bem-estar social que está implícito na cataláctica misesiana é, portanto, a “eficiência de Böhm-Bawerk”, a qual enfatiza o papel do cálculo monetário para permitir aos indivíduos que avaliem racionalmente e que aloquem os meios à sua disposição quando buscam seus objetivos através da ação social, i.e., ação que utiliza as trocas voluntárias e a divisão social do trabalho para realizar

<sup>40</sup> MISES. *Ação Humana*. p. 744.

seus objetivos. Enquanto a eficiência de Pareto e a sua variante da coordenação de planos de Hayek-Kirzner representam padrões não-realizáveis – por serem baseados na informação perfeita e na previsão – para avaliar os resultados sociais do processo de escolha, a eficiência de Böhm-Bawerk invoca um padrão ideal, porém atingível, i.e., a alocação de recursos *ex ante* eficiente por um indivíduo que realiza escolhas sob incerteza, e indica o funcionamento coordenado cotidiano da economia, resultante quando as *pré-condições* institucionais do cálculo monetário e, portanto, da ação social racional, são satisfeitas. Julgando por este critério, as previsões errôneas e os *malinvestments* (investimentos equivocados) que por vezes caracterizam as escolhas empreendedoras não são prova contra a eficiência do mercado no mundo real; o mercado é eficiente pois permite que os indivíduos possam calcular e, portanto, realizar escolhas significativas para colher os enormes benefícios descritos pela lei da vantagens comparativas e não porque proporciona certeza absoluta ou aproximada sobre os resultados dessas escolhas (o que, em todo caso, também é negado aos escolhedores autárquicos). Em resumo, o mercado desimpedido é *socialmente* eficiente porque proporciona o incentivo para a ação social, ao estabelecer um forte nexo produtor-consumidor que dá pleno domínio à escolha do consumidor na determinação da alocação de recursos<sup>41</sup>. Por outro lado, qualquer intervenção coercitiva sobre o mercado, a qual necessariamente distorce ou anula seu complicado nexo de cálculo que coordena as preferências dos consumidores e as escolhas empreendedoras, *ipso facto* produz uma alocação de recursos menos eficiente, i.e., uma

<sup>41</sup> Mises, obviamente, acolheu vigorosamente a “soberania do consumidor” como o princípio operante da economia de mercado desimpedida, ao passo em que demonstrou a propriedade coordenadora da estrutura dos preços de mercado e sua indispensabilidade para o cálculo econômico e para a ação social racional. Entretanto, curiosamente, nunca tentou derivar um critério formal de bem-estar social a partir desses elementos.

que não reflete completa e exclusivamente as preferências antecipadas dos participantes da divisão social do trabalho, e por isso, diminui o bem-estar social. Podemos, assim, concluir que qualquer ação de intervenção inequivocamente diminui o bem-estar social<sup>42</sup>.

No que concerne à eficiência *ex post*, a economia de mercado corresponde exatamente à economia autárquica, com os erros empreendedores e as ineficiências na produção como o produto inevitável da incerteza e da mudança. Entretanto, a economia de mercado incorpora um processo que opera para minimizar tais erros e ineficiências. Isto é o que Mises chama de “processo seletivo”, o qual está operando continua e efetivamente no tempo do calendário através dos lucros e perdas monetárias, para extirpar do mercado os

<sup>42</sup> Murray N. Rothbard (1926-1995) demonstrou habilmente, em bases puramente científicas, que a intervenção do governo sempre fracassa em aumentar o bem-estar social (ROTHBARD, Murray N. **Toward a Reconstruction of Utility and Welfare Economics**. Burlingame: Center for Libertarian Studies, 1977). Avançando para nossa conclusão mais radical, somos capazes de descontar completamente quaisquer ganhos, em termos de utilidade direta ou bens transacionáveis, que são recebidos pelos interventores e seus beneficiários, permanecendo com segurança dentro dos limites do *Wertfreiheit* estrito. O conceito de eficiência de Böhm-Bawerk diz respeito somente à utilidade que deriva das ações que ocorrem totalmente dentro do nexo social, isto é, a utilidade dos consumidores “produtivos” que ganham renda – e somente na medida em que ganham esta renda – por intermédio das trocas voluntárias. Dado que é a perspectiva de utilidade ou a utilidade *ex ante* que será derivada dos atos de consumo o que proporciona a justificativa para que os indivíduos participem da divisão social do trabalho, são suas preferências e demandas que devem servir como o único e último padrão de utilização de recursos socialmente eficiente. Assim, por exemplo, a redistribuição de renda para os consumidores “não produtivos” pode ser representada como um desvio líquido dos recursos de uma sociedade que reduz a utilidade de ao menos alguns de seus membros e enfraquece seus incentivos para a ação social. As demandas de mercado dos recebedores não produtivos desses recursos podem, então, ser tratadas como algo que falsifica o cálculo monetário e fomenta uma realocação socialmente ineficiente dos recursos produtivos.

empreendedores relativamente não astutos e ineficientes, enquanto transfere a capacidade para escolher os melhores usos e combinações técnicas dos recursos produtivos para aqueles empreendedores que são mais perspicazes e tecnicamente proficientes<sup>43</sup>.

Na interpretação kirzneriana, não há uma distinção clara e significativa entre a eficiência *ex ante* e *ex post*, pois o empreendedor, enquanto *Homo quaerens*, nunca enfrenta o momento da escolha, a qual o envolveria na alocação propositada de recursos, ou na “economização robbinsiana”. Nem tampouco, pela mesma razão, o processo histórico do mercado pode possuir, nesta interpretação, um mecanismo para eliminar sistematicamente os empreendedores de menos sucesso e transferir o controle dos processos produtivos para os mais bem-sucedidos. Nunca precisando arcar com a necessidade de *escolher*, os empreendedores-descobridores nunca precisam colocar quaisquer recursos sob risco de perda, quando *decidem* aproveitar uma oportunidade de lucro. Ao criticar o termo “tomada de decisões”, que estava na moda juntamente com outros jargões tecnocráticos nos anos 1950, Mises observou que o termo foi

cunhado para desviar a atenção do fato de que o que importa não é simplesmente realizar uma escolha, mas sim fazer a melhor escolha possível. Isto significa: proceder de tal modo que nenhum fim desejado com menos urgência deva ser satisfeito se tal satisfação impede a obtenção de algum fim desejado com mais urgência<sup>44</sup>.

Dada a importância óbvia que Mises dá à escolha propositada em sua praxeologia e cataláctica, é difícil entender que teria consentido com uma interpretação de sua visão do processo de mercado na qual atribui um papel central ao empreendedor que não realiza escolhas.

<sup>43</sup> Sobre o processo de seleção, ver MISES. *Ação Humana*. p. 372-75.

<sup>44</sup> MISES, Ludwig von. *The Ultimate Foundations of Economic Science: An Essay on Method*. Kansas City: Sheed Andrews and McMeel, 2ª ed., 1978. p. 69.

Talvez uma das consequências mais desafortunadas da homogeneização do pensamento de Mises e Hayek esteja expressa na atual tendência comum dos economistas austríacos de formularem a totalidade de seus projetos de pesquisa em termos de uma máxima proferida por Hayek, ao passo em que de forma acrítica atribuem a Mises o apoio para um tal programa. A máxima à qual me refiro é a frequentemente citada observação de Hayek de que “*provavelmente não há exagero em dizer que todo avanço importante na teoria econômica, durante os últimos cem anos, foi dar um passo a mais na aplicação consistente do subjetivismo*”<sup>45</sup>. Para Mises, contudo, o objetivo da pesquisa teórica em economia não era simplesmente “estender o subjetivismo”, mas sim elucidar a conexão crucial entre o domínio subjetivo do propósito e valorização individual e o processo social de precificação que fornece os dados objetivos para o cálculo econômico. De acordo com Mises, um tal esforço precisa começar com “*essa brilhante realização dos economistas clássicos – foi essencialmente uma teoria da ação calculável*” e a seguir ser ampliado em “*um sistema capaz de lidar com todas as escolhas humanas, uma teoria geral da ação*”<sup>46</sup>. Em outra parte, Mises escreveu que “*a oferta e a demanda são somente os elos de uma cadeia de fenômenos, que em uma das pontas apresenta*” [...] “*a manifestação visível no mercado, enquanto a outra ponta está profundamente ancorada na mente humana*”<sup>47</sup>. Uma outra indicação de que Mises concebia a tarefa da economia moderna como sendo explicar a conexão entre o propósito individual e os fundamentos cataláticos objetivos da sociedade está em uma carta de Mises para Hayek, na qual relata que estava inicialmente indeciso a respeito do título de sua *magnum opus*

<sup>45</sup> HAYEK, F. A. *The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason*. Indianapolis: Liberty Press, 2ª ed., 1979. p. 52.

<sup>46</sup> MISES. *Ação Humana*. p. 283.

<sup>47</sup> MISES, Ludwig von. *The Theory of Money and Credit*. Trad. H. E. Batson. Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 2ª ed. 1971. p. 131.



ser *Human Action* [Ação Humana] ou *Social Cooperation* [Cooperação Social].

A contribuição de Richard M. Ebeling ao já citado volume em homenagem a Hans Sennholz, "Variations on the Demand for Money Theme: Ludwig von Mises and Some Twentieth-Century Views"<sup>48</sup> [Variações sobre o Tema da Moeda: Ludwig von Mises e Algumas Concepções do Século XX], exemplifica esta confusão dos programas de pesquisa. Ebeling proporciona um excelente relato das diferenças essenciais entre a aproximação do saldo de caixa de Mises para a demanda monetária, que deriva de Carl Menger, e a abordagem de Cambridge ao saldo de caixa, tal como formulada nos escritos de A. C. Pigou (1877-1959) e obtida a partir da "tradição oral" que tinha sido iniciada por Alfred Marshall (1842-1924). Ebeling então segue analisando as abordagens macroeconômicas neo-keynesiana e monetarista, a partir da perspectiva da abordagem misesiana do individualismo metodológico, criticando a propensão tanto de monetaristas quanto de keynesianos para argumentarem em termos da estabilidade ou instabilidade da demanda agregada por moeda. Infelizmente, em sua crítica, Ebeling descarta o bebê da demanda por moeda junto com a água do banho da estabilidade, argumentando que "a partir da perspectiva de Mises, é inadequado falar a respeito da demanda por moeda e de sua estabilidade", e que "falar de uma 'demanda agregada por moeda' da comunidade é não apenas metodologicamente defeituoso, mas também analiticamente incompleto"<sup>49</sup>.

Contrariamente à afirmação de Ebeling, entretanto, Mises de fato sustentou que as demandas individuais por saldos de caixa poderiam e deveriam ser agregadas em uma demanda total do mercado por moeda. Portanto, embora tenha avisado que a investigação a respeito da demanda por moeda não

poderia "começar com a demanda por moeda da comunidade", ele aceitou completamente a legitimidade de agregar as demandas individuais em uma demanda social, ao declarar que "a demanda por moeda da comunidade econômica não é nada além da soma das demandas por moeda dos agentes econômicos individuais que a compõem"<sup>50</sup>. Enquanto esse agregado aparentemente inócuo de quantidades homogêneas pode muito bem violar algum cânone não escrito do paradigma "subjativista" hayekiano, Mises claramente reconheceu que, sem referência à demanda e oferta de moeda, seria impossível levar a cabo o núcleo de seu próprio programa de pesquisa: integrar a teoria do valor e a teoria monetária para possibilitar a explicação da estrutura unificada dos preços monetários cuja existência é o *sine qua non* para o cálculo econômico e a alocação propositada de recursos dentro da estrutura de uma economia baseada na divisão do trabalho.

Em apoio a esta interpretação contrária à agregação, Ebeling apresenta as percepções de Mises de que: (1) o poder de compra da moeda não é um preço único, mas sim um conjunto de quantidades alternativas dos diversos bens que a unidade monetária comanda em troca e (2) mudanças na oferta de moeda nunca afetam os elementos deste conjunto de poder de compra simultaneamente e de maneira equiproporcional, por conseguinte, resulta inequivocamente em redistribuições permanentes da renda e da riqueza real<sup>51</sup>. Mas, como Mises claramente reconheceu, esses importantes *insights* estabelecendo a não-neutralidade da moeda não são relevantes para a questão de se a demanda por moeda pode ou não ser adequadamente agregada entre os indivíduos; em vez disso, dizem respeito à questão da forma da curva de demanda agregada por moeda, levando à conclusão de que tais curvas nunca podem ser retangulares ou hiperbólicas<sup>52</sup>.

<sup>48</sup> EBELING, Richard M. Variations on the Demand for Money Theme: Ludwig von Mises and Some Twentieth-Century Views. In: ROBBINS & SPANGLER (Eds.). *A Man of Principle*. p. 127-38.

<sup>49</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 135, 137.

<sup>50</sup> MISES. *The Theory of Money and Credit*. p. 131-32.

<sup>51</sup> EBELING. Variations on the Demand for Money Theme. p. 136.

<sup>52</sup> Sobre este ponto, ver: SALERNO. Ludwig von

Embora a relutância para empregar o conceito de uma demanda social por moeda não possa ser propriamente atribuída a Mises, pode ser detectada nos primeiros trabalhos de Hayek sobre a teoria do ciclo de negócios. Assim, no já citado *Monetary Theory and the Trade Cycle*, Hayek critica Menger e Mises por “incluírem, na teoria do valor da moeda, todas as influências da moeda sobre os preços”<sup>53</sup>. Em efeito, Hayek está reprovando Mises em particular por tentar proporcionar uma análise integrada das variações na oferta de moeda em termos tanto de seus efeitos sistemáticos sobre os preços relativos quanto de seus efeitos no patamar geral de preços, em vez de meramente concentrar-se no tipo anterior de análise que Hayek considera “uma tarefa muito mais importante” da teoria monetária<sup>54</sup>. Em *Prices and Production* [Preços e Produção], Hayek vai mais além ainda e encoraja a percepção, por parte dos teóricos monetários, da “superfluidez do conceito de um valor geral da moeda, concebido como o inverso de um certo nível de preços”. Prossegue escrevendo que o tipo de teoria monetária cujo desenvolvimento deseja “não mais será uma teoria do valor da moeda em geral, mas sim uma teoria da influência da moeda nas diferentes razões de troca entre bens de todos os tipos”<sup>55</sup>. Sob pena de interpretar que Hayek está fazendo objeção, aqui, somente ao conceito de nível estatístico de preços, devemos notar que levou adiante sua crítica de Menger e Mises, apesar de seu reconhecimento explícito de que sua noção do valor geral da moeda “não tem relação com qualquer valor mensurável, no sentido de um determinado nível de preços”<sup>56</sup>. Desafiando a própria noção de poder de compra geral da moeda, Hayek, claramente,

implica a inutilidade do conceito de uma demanda agregada por moeda<sup>57</sup>.

Em contraste com o posicionamento de Wieser-Hayek<sup>58</sup>, entretanto, Mises sustentou que a avaliação social dos fatores produtivos através da competição empreendedora nos mercados de recursos, o que é própria base do cálculo econômico e da ação propositada, somente pode prosseguir em termos monetários<sup>59</sup>. Assim, no decurso de estimar os produtos da receita marginal esperada dos vários tipos de insumos em seus processos planejados de produção e determinar quais preços oferecer por eles, o empreendedor não pode fazer mais do que estimar o patamar absoluto dos preços, i.e., o poder de compra geral da moeda, pois as razões de trocas entre os diversos bens presentes e entre os bens presentes e futuros, i.e., os “preços relativos” cruciais de Hayek, estão e devem estar imersos na estrutura dos preços monetários. Ou, colocando de outra maneira, os efeitos não-neutros da moeda sobre a economia operam somente através do meio dos preços monetários.

Essas considerações tendem a se perder de vista quando nos concentramos no equilíbrio proximal hayekiano pois, para além de um mundo incerto e em mutação, não há necessidade de um processo de avaliação monetária para revolucionar e recriar continuamente a estrutura de preços; no equilíbrio proximal, a moeda desempenha o papel de

---

Mises's Monetary Theory in Light of Modern Monetary Thought. p. 74-92.

<sup>53</sup> HAYEK. *Monetary Theory and the Trade Cycle*. p. 117, n.

<sup>54</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>55</sup> HAYEK, F. A. *Prices and Production*. New York: Augustus M. Kelley, 2ª ed. 1967. p. 29.

<sup>56</sup> HAYEK. *Monetary Theory and the Trade Cycle*. p. 117, n.

<sup>57</sup> Como Hayek conclui: “... o conceito teórico de moeda neutra, que está relacionado com a influência da moeda sobre as relações de preços [simultâneas e intertemporais] determinadas por fatores reais, não pode ter qualquer relação com o conceito de um certo ‘nível de preços’ [mesmo se este conceito é introduzido de maneira meramente implícita, na forma de uma ‘demanda por moeda’ relacionada a um nível de preços definido]” (HAYEK. *On Neutral Money*. p. 161).

<sup>58</sup> Conforme estabelecido em HAYEK, F. A. *Some Remarks on the Problem of Imputation*. In: McCLOUGHRY. *Money, Capital, and Fluctuations*.

<sup>59</sup> Para uma distinção entre a imputação e a apreciação, uma vez que esses processos dizem respeito à valoração dos bens de ordem mais alta e à relevância desta distinção para o cálculo econômico, ver: MISES. *Ação Humana*. p. 393-400.

um *numerário* obscuro, e a ação eficiente depende somente dos empreendedores conhecerem a configuração prevalecente dos preços relativos, a qual serve como um indicador bom, se não perfeito, de sua provável configuração futura. Para Hayek, é somente quando o fluxo de gasto monetário se expande ou encolhe que ocorre um impacto não-neutro sobre a economia através da produção de mudanças reversíveis nas taxas de troca de permuta predominantes e desviando temporariamente a economia de seu equilíbrio proximal. Para Mises, por outro lado, é somente a existência de um meio de trocas real e tangível, com um mercado e, portanto, uma força impulsionadora própria, o que permite de todo o funcionamento dos processos de mercado. A partir do ponto de vista de Mises, portanto, não é o fato inevitável da inconsistência da moeda com um estado imaginário que se aproxima do equilíbrio, mas sim a intervenção monetária redirecionando equivocadamente o processo dinâmico de avaliação o que falsifica os cálculos empreendedores, mina a alocação eficiente dos recursos e descoordena a economia.

A contribuição de Sanford Ikeda, intitulada "The Dynamics of Government Intervention: Theory and Implications"<sup>60</sup> [A Dinâmica da Intervenção Governamental], é um esforço interessante e original para formular "uma teoria mais sistemática do que pode ser chamado de 'processo intervencionista'", que considera a crítica de Mises do intervencionismo como seu ponto de partida<sup>61</sup>. O que Ikeda deseja é integrar a crítica misesiana com a Teoria da Escolha Pública como um meio de explicar o "fluxo e refluxo do crescimento do governo", caracterizando períodos prolongados de desregulamentação progressiva em alternância com períodos de aumento do intervencionismo, onde nem a fase desregulatória, nem a fase intervencionista chegam a

culminar no *laissez faire* completo ou no socialismo consumado, respectivamente<sup>62</sup>.

Analisando a "dinâmica intervencionista misesiana", que orienta o processo, entretanto, Ikeda recorre à perspectiva da descoberta kirzneriana do empreendedorismo, na qual o empreendedor "desempenha uma função social ao [de forma não intencional] resolver o problema do conhecimento"<sup>63</sup>. Por meio da descoberta e arbitragem das discrepâncias entre preços simultaneamente existentes do mesmo ou de praticamente os mesmos bens, o empreendedor preenche as lacunas do conhecimento dos participantes descentralizados do mercado, e coordena melhor seus planos individuais de comprar e vender. Conforme argumentei acima, entretanto, esta visão está em dissonância com a teoria de Mises do empreendedorismo, a qual concentra-se na função do empreendedor de *calcular* os usos mais valorizados dos insumos correntemente disponíveis com base nos preços *antecipados* da produção.

Ikeda também utiliza o conceito hayekiano de "consequências não intencionais" para descrever o resultado dos atos individuais de intervenção, e caracteriza o processo intervencionista como um "processo não intencional"<sup>64</sup>. Do ponto de vista misesiano, entretanto, a motivação para os diversos atos de intervenção são precisamente esses benefícios imediatos pretendidos por seus proponentes. E, embora Mises admita que pode haver consequências de longo prazo "não previstas" de qualquer intervenção, atribui-as não a uma condição inevitável e irremediável associada com o "problema do conhecimento" hayekiano, mas às ideologias antissociais e deliberadamente obscurantistas que tornam as massas cegas às conclusões da teoria econômica.

Mais ainda, a análise de Mises do processo intervencionista não evita a possibilidade de que os proponentes de uma intervenção reconheçam e pretendam suas consequências

<sup>60</sup> IKEDA, Sanford. The Dynamics of Government Intervention: Theory and Implications. In: ROBBINS & SPANGLER (Eds.). **A Man of Principle**. p. 201-12.

<sup>61</sup> Idem. *Ibidem.*, 202.

<sup>62</sup> Idem. *Ibidem.*, 203-04.

<sup>63</sup> Idem. *Ibidem.*, 204-05.

<sup>64</sup> Idem. *Ibidem.*, 205.

em geral não previstas. Assim, os sindicatos apóiam leis de salário mínimo precisamente porque essas leis precificam trabalhadores com baixa capacitação de forma a excluí-los do mercado de trabalho e aumentam a demanda por trabalhadores capacitados do sindicato, enquanto os burocratas que participam dos conselhos municipais de controle de aluguéis podem receber com prazer a escassez crescente de apartamentos resultante do controle de aluguéis, pois isso aumenta o seu poder, prestígio e o valor dos favores que podem outorgar. De fato, o objetivo de muitos ambientalistas radicais é precisamente incapacitar a formação de capital e a produtividade, para provocar um declínio da renda real e da população através de regulações ambientais. As próprias crises que se repetem regularmente com o avanço do processo de intervenção também podem ser desejadas por aqueles que estão ideologicamente comprometidos com a extensão do controle político sobre a economia.

Finalmente, afirmo que Ikeda está simplesmente equivocado quando afirma que:

O raciocínio subjacente às críticas [de Mises] tanto do socialismo quanto do intervencionismo [é] a mesma – a existência do problema do conhecimento torna as consequências do processo de intervenção governamental desagradáveis e inesperadas<sup>65</sup>.

Primeiramente, como Mises enfatiza volta e meia através de seus escritos, o “cálculo econômico”, e não o conhecimento, é o “*problema essencial e único do socialismo*”<sup>66</sup>. Assim, de acordo com Mises, mesmo se o comitê de planejamento central fosse dotado com conhecimento total e perfeito dos dados econômicos relevantes, sem o recurso ao cálculo monetário, utilizando preços de mercado genuínos, não seria capaz de determinar o ponto ótimo entre a infinidade de utilizações e combinações técnicas possíveis dos fatores

de produção disponíveis<sup>67</sup>. Em segundo lugar, conforme acabei de observar, a partir da perspectiva misesiana, as consequências de uma intervenção não são necessariamente “inesperadas” para seus promotores e beneficiários ativos e não precisa continuar sendo assim para as massas que vitimiza.

Em seu ensaio sobre “Mises on Free Banking and Fractional Reserves” [Mises sobre Sistema Bancário Livre e Reservas Fracionárias]<sup>68</sup>, Lawrence H. White interpreta a defesa de Mises do sistema bancário livre baseado em reservas de ouro fracionárias como um programa para economizar nos custos dos recursos para proporcionar o meio de troca, ao mesmo tempo assegurando que a emissão de meio fiduciário seja regulado de acordo com a aspiração por uma moeda neutra, i.e., uma moeda que não incide sobre ou distorce os processos reais subjacentes da economia. Foi Adam Smith, reconhecidamente o pai do sistema bancário livre, quem introduziu, na teoria monetária, a proposição de que uma moeda de espécie pura envolvia um desperdício de recursos escassos, enquanto foi Hayek quem deu origem ao conceito, se não ao termo, “moeda neutra”. De acordo com Hayek em seus escritos mais maduros, a “aproximação prática mais próxima” de um tal ideal admitidamente “fictício” é satisfeito por aumentos na oferta de moeda com o objetivo de manter a estabilidade de um índice de preços de matérias primas que servem como um substituto para os preços médios dos fatores originais de produção, terra e trabalho<sup>69</sup>. Assumindo que não há aumento nos estoques dos fatores originais, a realização do ideal monetário de Hayek na prática resultaria na “*constância do fluxo monetário*”<sup>70</sup>, a qual,

<sup>65</sup> Idem. *Ibidem.*, 208.

<sup>66</sup> MISES. *Ação Humana*. p. 800.

<sup>67</sup> Para uma revisão dos argumentos de Mises sobre este ponto, ver: SALERNO, Joseph T. Postscript: Why a Socialist Economy is ‘Impossible’. p. 52-54.

<sup>68</sup> WHITE, Lawrence H. Mises on Free Banking and Fractional Reserves. In: ROBBINS & SPANGLER (Eds.). *A Man of Principle*. p. 517-33.

<sup>69</sup> HAYEK. *Denationalization of Money*. p. 84.

<sup>70</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 77.

não coincidentemente, também é o objetivo desejado dos banqueiros livres modernos<sup>71</sup>.

Em seu artigo, White caracteriza Mises como o protótipo dos banqueiros livres modernos, que se opunham a qualquer proibição sobre a competição dos bancos privados na emissão de moeda fiduciária resgatável em ouro sob demanda com base em que “*uma tal proibição (1) tornaria a economia mais vulnerável a choques de demanda monetária, e (2) aumentaria desnecessariamente o curso de abastecer a economia com os meios de troca*”<sup>72</sup>. Conforme observa White, esta interpretação da justificativa de Mises para o sistema bancário livre entra em conflito acentuadamente com o argumento de Murray N. Rothbard (1926-1996) de que Mises favoreceu o sistema bancário livre como um meio preferido de suprimir a emissão de meios fiduciários, porque contorna os perigos associados com a cessão de controle virtual sobre o sistema bancário ao governo, um resultado que Mises acreditava que poderia ser produzido por uma proibição legal total das reservas fracionárias.

---

<sup>71</sup> Para o argumento do sistema bancário livre em favor de manter o “equilíbrio monetário”, definido em termos hayekianos como um fluxo constante de despesa agregada, ver: SELGIN, George A. **The Theory of Free Banking: Money Supply under Competitive Note Issue**. Totowa: Rowman & Littlefield, 1988, p. 52-69. Devo observar que, em nenhum lugar de seu ensaio, White invoca o conceito hayekiano de “moeda neutra”. De fato, em outro ensaio, White expressa um ceticismo brando a respeito de se o sistema bancário livre é totalmente compatível com qualquer norma macroeconômica, inclusive o equilíbrio monetário de Selgin, embora pareça considerar como um mérito da operação do sistema que chegue relativamente mais próximo de obedecer a esta norma na prática do que a alternativa do banco central. Ver: WHITE, Lawrence H. *Commentary: Norms for Monetary Policy*. In: EBELING. **Austrian Economics**. p. 477. Não obstante, como argumentarei a seguir no texto, o objetivo de “evitar choques de demanda monetária”, que White imputa a Mises como uma razão para apoiar o sistema bancário livre e com a qual o próprio White obviamente simpatiza, equivaleria a estabilização do fluxo de gasto monetário.

<sup>72</sup> WHITE. *Mises on Free Banking and Fractional Reserves*. p. 528.

De fato, a interpretação de White da visão de Mises sobre as reservas fracionárias e o sistema bancário livre baseia-se em sua homogeneização injustificável, caso não intencional, de Mises com Smith sobre a questão dos critérios para um sistema monetário ideal. White cai no erro porque negligencia passagens importantes dos próprios trabalhos de Mises que cita, e porque ignora desenvolvimentos significativos da teoria monetária de Mises, que ocorreram entre a publicação da primeira edição alemã de *The Theory of Money and Credit* [A Teoria da Moeda e do Crédito] em 1912 e a publicação do *Nationalökonomie* (o precursor em língua alemã do *Human Action*) em 1940. Em sua obra de 1940, Mises nos diz, sua “*teoria monetária atingiu a conclusão*” com a fusão da “*teoria da troca indireta com a da troca direta em um sistema coerente de ação humana*”<sup>73</sup>. Esses desenvolvimentos resultaram em uma modificação importante da avaliação anterior de Mises a respeito dos benefícios e cursos relativos do meio fiduciário, que não é reconhecida por White.

Como White corretamente observa<sup>74</sup>, em *The Theory of Money and Credit*, Mises identifica três benefícios significativos da emissão de moeda fiduciária. O primeiro benefício envolve a prevenção de “convulsões” na atividade econômica que teriam acontecido na ausência de uma expansão da oferta de moeda provocada pela criação de meio fiduciário como um resultado de “uma extensão enorme da demanda por moeda” e o conseqüente aumento em seu poder de compra que foi provocado pela extensão histórica da economia monetária. O segundo benefício é o smithiano familiar de reduzir o “custo do aparelho monetário”. E o benefício final do meio fiduciário é que sua emissão aumentou o suficiente a lucratividade das atividades de crédito do sistema bancário no início de sua história, permitindo sua sobrevivência e crescimento. A única desvantagem do meio fiduciário que Mises

---

<sup>73</sup> MISES. **Notes and Recollections**. p. 112.

<sup>74</sup> WHITE. *Mises on Free Banking and Fractional Reserves*. p. 520-22.

reconheceu em seu livro, de acordo com White, é uma que é relativamente menos importante: o risco de incumprimento por parte do banco emissor devido à má administração ou corridas bancárias. Assim, White conclui que Mises “considerava o sistema bancário de reservas fracionárias como o desenvolvimento natural e desejável em uma sociedade livre”<sup>75</sup>.

Mas a conclusão de White está equivocada, o que pode ser atribuído ao seu fracasso em familiarizar-se completamente com uma das mais famosas contribuições de Mises à teoria econômica: sua demonstração da ligação causal entre o meio fiduciário e o ciclo de negócios. White evidentemente sustenta que, de acordo com Mises, os ciclos de negócios são gerados pela *superexpansão* do meio fiduciário pelos bancos centrais não refreados pelas forças de mercado competitivas<sup>76</sup>. Entretanto, o capítulo de Mises sobre o ciclo de negócios, baseado diretamente no capítulo que enumera os benefícios do meio fiduciário que White cita para apoiar sua própria interpretação<sup>77</sup>, torna transparentemente claro que a causa necessária e suficiente do ciclo é a divergência insustentável entre as taxas de juros de “empréstimo” e “natural”, provocada pela criação de meio fiduciário. Para Mises, portanto, a descoordenação cíclica da economia é, de fato, uma desvantagem que pesa contra o meio fiduciário *per se*. Consequentemente, é somente após discutir totalmente tanto as vantagens quanto as desvantagens do meio fiduciário que Mises, em uma seção que compreende as cinco páginas da conclusão do livro – às quais White não faz referência –, aborda as “questões básicas da política monetária corrente”<sup>78</sup>. Aqui, Mises reedita a conclusão da primeira edição alemã (a edição inglesa é uma tradução da se-

gunda edição alemã, publicada em 1924), na qual instou enfaticamente a supressão de toda criação adicional de meio fiduciário, se não a proibição total do sistema bancário de reserva fracionária. Contrariamente à afirmação de White, Mises estava evidentemente convencido de que as desvantagens de emitir meio fiduciário, incluindo agora sua propriedade de produzir ciclos, ultrapassaram por muito as vantagens enumeradas anteriormente.

Mises conclui:

[O meio fiduciário] deveria logicamente estar sujeito aos mesmos princípios que foram estabelecidos com relação à moeda propriamente dita; as mesmas tentativas devem ser feitas em seu caso também, para limitar o máximo que for possível a influência humana na razão de troca entre a moeda e outros bens econômicos. A possibilidade de provocar flutuações temporárias nas razões de troca entre bens de ordens mais alta e mais baixa por meio da emissão de meio fiduciário, e as perniciosas consequências conectadas a uma divergência entre as taxas de juros natural e monetária, são circunstâncias que levam à mesma conclusão. Agora, é óbvio que a única maneira de eliminar a influência humana sobre o sistema de crédito consiste em suprimir toda emissão adicional de meio fiduciário. A concepção básica da Lei Peel deve ser reajustada e implementada mais completamente do que o foi na Inglaterra de seu tempo, incluindo a emissão de crédito na forma de saldos bancários dentro da proibição legislativa.

*Seria um equívoco assumir que a organização moderna da troca é obrigada a continuar a existir. Ela carrega em si o germe de sua própria destruição; o desenvolvimento do meio fiduciário precisa necessariamente levar ao seu colapso. [...] Será uma tarefa para o futuro erigir salvaguardas contra o abuso inflacionário do sistema monetário por parte do governo e contra a expansão da circulação de meio fiduciário por parte dos bancos*<sup>79</sup>.

Difícilmente pode-se concluir, da passagem que enfatizei na citação mencionada aci-

<sup>75</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 522.

<sup>76</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 524-25.

<sup>77</sup> A discussão de Mises a respeito das vantagens do meio fiduciário ocorre nas páginas 298-99 e 323, enquanto sua teoria do ciclo de negócios é apresentada nas páginas 339-66 (MISES. *Theory of Money and Credit*).

<sup>78</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 406.

<sup>79</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 407-09.

ma que Mises considerou com equanimidade, e muito menos que favoreceu a criação de meio fiduciário adicional pelos bancos, sejam “livres” ou não.

White cita<sup>80</sup> parte de um parágrafo de um trabalho posterior de Mises, de 1928<sup>81</sup>, no qual Mises reitera o ponto de que uma supressão da emissão do meio fiduciário teria levado a situações históricas nas quais a emergência de uma demanda excessiva por moeda resultaria em um aumento no poder de compra da moeda, de forma temporariamente desvantajosa para a economia. Entretanto, White não cita a última sentença do mesmo parágrafo, o qual identifica um benefício importante que teria resultado da proibição de emissões adicionais de meio fiduciário: “a economia certamente não teria, então, experimentado as recuperações tempestuosas seguidas por reversões dramáticas das recuperações em crises e declínios”<sup>82</sup>.

Mises também deixa claro, posteriormente nesse mesmo trabalho, que os benefícios do meio fiduciário ficam muito aquém de seus custos em termos da descoordenação cíclica da atividade econômica. Ele conclama, portanto, a implementação de um programa revisado da Escola Monetária nos seguintes termos:

O pré-requisito mais importante de qualquer política cíclica, não importando quão modesto possa ser seu objetivo, é renunciar a toda tentativa de reduzir a taxa de juros, através da política bancária, abaixo da taxa que ocorre no mercado. Isso significa um retorno à Escola Monetária, a qual procurava suprimir toda expansão futura do crédito circulante, logo, toda criação adicional de meio fiduciário. [...] Isso significa a introdução de um novo programa baseado na antiga teoria da Escola Monetária, mas expandido

à luz do estado presente do conhecimento para incluir o meio fiduciário emitido na forma de depósitos bancários<sup>83</sup>.

Longe de rejeitar o programa da Escola Monetária, como White nos faria acreditar, é claro que Mises desejava reformulá-lo sobre uma base teórica mais robusta, com o propósito de fortalecer a sua aplicação prática. Assim, contrariamente a White, Mises apoiava um regime de sistema bancário livre precisamente porque isso finalmente resultaria em uma “restrição extrema da emissão de meio fiduciário”. Banqueiros livres aprenderiam tal restrição a partir de suas experiências com as crises e corridas bancárias que ocorreriam inevitavelmente ao longo do curso histórico do desenvolvimento do meio fiduciário. Uma vez que essas lições fossem absorvidas pelos empreendedores bancários mais astutos, políticas de cautela extrema e de restrição seriam implementadas sobre a totalidade do sistema bancário, dado que bancos menos responsáveis, persistindo na criação de meio fiduciário adicional, seriam imediatamente confrontados com a dupla ameaça das compensações interbancárias adversas e da perda de confiança por parte de uma clientela bancária castigada uma ou duas vezes, porém agora mais sofisticada<sup>84</sup>. Neste ponto, o programa da Escola Monetária seria total e adequadamente implementado, dado que mais extensões do “crédito circulante” por parte dos bancos seriam checadas, e qualquer acumulação adicional dos ativos bancários refletiria um aumento no crédito de mercadorias baseado nos depósitos a prazo e investimentos de capital de recursos poupados voluntários.

Ao contrário de nossos banqueiros livres modernos, Mises enfaticamente não anteviu o sistema bancário livre evoluindo em direção a uma minúscula razão de reserva de ouro para responsabilidades de demanda e a transformação progressiva do ouro em um “ativo de compensação” interbancário prati-

<sup>80</sup> WHITE. Mises on Free Banking and Fractional Reserves. p. 520.

<sup>81</sup> A tradução inglesa é: MISES, Ludwig von. Monetary Stabilization and Cyclical Policy. In: MISES, Ludwig von. **On the Manipulation of Money and Credit**. Trad. Bettina Bien Greaves. Dobbs Ferry: Free Market Books, 1978. p. 145.

<sup>82</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 145.

<sup>83</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 167-68.

<sup>84</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 138-40.

camente desmonetizado<sup>85</sup>. Para Mises, ao contrário, a evolução ocorria inteiramente na direção oposta, com a ignorância empreendedora inicial precipitando um esbanjamento precoce na criação de meio fiduciário e as flutuações cíclicas resultantes, levando lentamente de volta para um sistema de 100% de reservas marginais ao passo em que relembram dolorosamente o público de que as notas e depósitos bancários não são dinheiro *per se*, mas meramente garantias e substitutos por dinheiro, i.e., ouro.

Em seus escritos iniciais, portanto, Mises percebeu que havia vantagens definidas associadas com a emissão de meio fiduciário, porém estava disposto a abrir mão dessas vantagens em prol da vantagem muito maior de preservar a integridade do cálculo monetário e evitar interrupções da coordenação entre preços e taxa de juros na economia. Na época em que escreveu *Human Action*, contudo, suas perspectivas sobre empreendedorismo, cálculo monetário e moeda tinham avançado ao ponto no qual era capaz de reconhecer que os benefícios que tinha certa vez atribuído à criação de meio fiduciário eram em grande medida ilusórios. Em particular, o último Mises abandonou sua crença inicial de que um aumento no poder de compra da moeda é, de algum modo, desvantajoso para a economia de mercado.

No que diz respeito a um mundo no qual ocorre um aumento persistente e “indu-

zido por bens” no poder de compra da moeda, resultante do crescimento secular nos fornecimentos de mercadorias e serviços, em conjunção com uma oferta monetária nominal rigidamente fixada, Mises argumentou, em *Human Action*, que um tal estado de coisas não interromperia a função de coordenação de preços momento a momento do mercado, ou desconcertaria os cálculos monetários que levam os empreendedores a alocarem eficientemente os recursos produtivos para atender às preferências antecipadas dos consumidores.

De acordo com Mises:

Empresários e investidores ... não se interessam pelo movimento geral de todos os preços. O que lhes interessa é a existência de diferenças entre os preços dos fatores complementares de produção e o preço previsto dos produtos. Nenhum empresário se lança num empreendimento por acreditar que os preços, isto é, os preços de todos os bens e serviços, irão aumentar. Ele se engajará no empreendimento em questão se acreditar que pode extrair um lucro da diferença entre os preços dos bens de várias ordens. Num mundo com uma tendência secular de preços decrescentes, as oportunidades de lucro surgirão da mesma maneira com que surgiram num mundo com uma tendência secular de preços crescentes.

Uma tendência secular de aumento do poder aquisitivo da unidade monetária ... com certeza não influenciaria substancialmente o curso dos negócios. Não eliminaria o desejo das pessoas de melhorar sua situação material, tanto quanto possível, por meio de um ajuste adequado da produção. Não privaria o sistema econômico dos fatores que são a origem do progresso material, a saber, o empenho de audazes promotores em obter lucro e a disposição do público para comprar aquelas mercadorias que lhes proporcionam maior satisfação pelo menor custo<sup>86</sup>.

Nem tampouco o último Mises compartilhou com Hayek e os banqueiros livres um pavor dos “choques de demanda monetária”,

<sup>85</sup> WHITE, Lawrence H. & SELGIN, George A. *The Evolution of a Free Banking System*. In: WHITE, Lawrence H. **Competition and Currency: Essays on Free Banking and Money**. New York: New York University Press, 1989. p. 235. Pelos menos um membro proeminente da escola moderna do sistema bancário livre, Richard A. Timberlake deu esse salto e agora defende sem rodeios o sistema bancário livre em um padrão sem espécie (TIMBERLAKE, Richard A. **Gold, Greenbacks, and the Constitution**. Berryville: George Edward Durrell Foundation, 1991), embora o próprio White continue a insistir firmemente no ouro como o padrão monetário adequado para um regime de sistema bancário livre. Para uma crítica da proposta de Timberlake, ver ROTHBARD, Murray N. *Aurophobia: Or, Free Banking on What Standard?* **Review of Austrian Economics**, Vol. 6, No. 1 (1992): 97-108.

<sup>86</sup> MISES. **Ação Humana**. p. 543-44.



i.e., um aumento “induzido por moeda” do poder de compra da moeda provocado por um encolhimento do fluxo de gasto de moeda devido ao entesouramento. Em particular, Mises nega que um aumento na demanda por moeda, às expensas do gasto em bens de consumo enquanto a oferta monetária permanece constante, impedirá o processo de transformação da poupança real adicional, assim gerada, na acumulação de novos bens de capital. O cálculo monetário, levando em conta o declínio relativo dos preços dos produtos de consumo e de ordem mais baixa, e dos fatores de produção não-específicos, refletirá fielmente o aumento na disponibilidade de bens de capital, e a perspectiva de lucros mais altos induzirá os empreendedores a empregarem-nos na expansão de suas operações. Conforme Mises conclui:

a coisa mais importante é que os bens de capital resultantes de uma poupança adicional não são destruídos por essas variações monetárias coetâneas. ... Toda vez que um indivíduo preferir poupar em vez de gastar, o processo de poupança se concilia perfeitamente com o processo de acumulação de capital e investimento. Não importa se o poupador aumenta ou não os seus encaixes<sup>87</sup>.

Para os misesianos, portanto, o processo de mercado coordenador e calculador pode e responderá com eficiência (*ex ante*) perfeita a qualquer combinação de mudanças antecipadas no conjunto de preferências dos consumidores, inclusive a mudanças nas preferências por “liquidez”<sup>88</sup>.

Isto nos deixa, por fim, somente com a vantagem do meio fiduciário de reduzir o curso de fornecimento de um meio de troca. Embora, como observa White, Mises estivesse inclinado a atribuir um peso considerável a esta alegada vantagem em seus primeiros escritos, em *Human Action*, Mises não faz alusão a ela; entretanto, refere-se a “os gastos ineren-

tes à produção de ouro” como o “mal menor” em comparação com o potencial inflacionário da moeda fiduciária e do crédito monetário<sup>89</sup>.

Claramente, em *Human Action*, Mises ainda aderiu à sua perspectiva anterior no que diz respeito à esmagadora desvantagem da criação de meio fiduciário associada com seu potencial para falsificar taxas de juros e o cálculo monetário, introduzindo ineficiência na alocação intertemporal de recursos, e precipitando o ciclo de negócios. Esta última avaliação do desequilíbrio massivo em favor das desvantagens do meio fiduciário pode finalmente ter levado Mises a superar seus medos anteriores a respeito da expansão da interferência política na atividade bancária, que ele anteviu como uma ramificação possível do programa ultra-rígido da Escola Neomonetária de impedir legalmente todas as adições posteriores à circulação de meio fiduciário, inclusive depósitos sob demanda, assim como notas. Assim, em seu ensaio de 1952 sobre “*Monetary Reconstruction*”, que foi incluído com a Parte Quatro na segunda edição em inglês do *Theory of Money and Credit*, Mises propôs exatamente um tal programa como a base para que “os Estados Unidos possam retornar para uma moeda sadia”<sup>90</sup>.

Concluo, portanto, que a tentativa de White de retratar as visões de Mises sobre as reservas fracionárias e a atividade bancária livre como prototípicas da escola de atividade bancária livre moderna, cujos membros tiram sua orientação analítica da teoria monetária baseada no equilíbrio de Hayek, é insustentável. Na medida em que Mises defendeu a li-

<sup>87</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 601.

<sup>88</sup> Para uma demonstração deste ponto, ver: SALERNO. Commentary: The Concept of Coordination in Austrian Macroeconomics. p. 335-40.

<sup>89</sup> MISES. *Ação Humana*. p. 490. De fato, quando os bancos livres invocam cláusulas de opções, notas pós-datadas e outros dispositivos que permitem a suspensão contratual dos pagamentos em espécie, suas notas e depósitos são efetivamente transformados em moeda de crédito, cujo valor é determinado independentemente do valor da moeda mercadoria original. Para uma discussão do conceito negligenciado por Mises da moeda de crédito que aborda este ponto, ver SALERNO. Ludwig von Mises’s Monetary Theory in Light of Modern Monetary Thought. p. 8-11.

<sup>90</sup> MISES. *Theory of Money and Credit*. p. 448-52.

berdade dos bancos para emitir moeda fiduciária, fez isso unicamente porque suas análises o levaram à conclusão de que essa política resultaria em uma oferta de moeda estritamente regulada de acordo com o princípio monetário. A aspiração de Mises não era uma moeda neutra, ou mesmo uma aproximação prática equivalente, mas sim eliminar completamente as influências de distorção do meio fiduciário sobre o cálculo monetário e o processo dinâmico de mercado.

Confome indiquei no início, meu propósito ao escrever este artigo de revisão foi especificamente ilustrar e refutar a tendência comum, que acredito existir entre os colegas economistas austríacos, para fundir as perspectivas de Mises e Hayek. A aderência rígida a este propósito fez com que o tom desta revisão ficasse decididamente negativo. Entretanto, não se deve considerar que isto quer dizer que discordo de todos ou mesmo com a maior parte dos ensaios sob revisão. Se eu tivesse re-senhado esses artigos com um propósito mais amplo em mente, a extensão de uma base comum entre mim e os autores dos artigos, com base na “sobreposição mengeriana” entre os paradigmas misesiano e hayekiano, teria fica-

do totalmente evidente. Mais ainda, considero as contribuições de Kirzner e White a este volume como sendo, cada um a seu respeito, excelentes resumos dos esforços pioneiros desses autores, em outros trabalhos, para sistematizar e estender o paradigma hayekiano. No caso de Kirzner, pode ser defendido que sua obra formidável define em grande medida este paradigma da maneira como se apresenta atualmente. E o esforço da parte de White e da escola moderna da atividade bancária livre para dar a este paradigma uma expressão macroeconômica contemporânea repousa na concepção kirzneriana do processo de mercado. O ensaio de Ikeda, não obstante suas referências a Mises, é um passo inicial promissor na direção de delinear uma teoria hayekiana do intervencionismo, e o ensaio de Ebeling, em sua maior parte, captura o caráter único e a fecundidade da abordagem misesiana sobre a demanda por moeda. Dito isto, ainda insisto em que a homogeneização das perspectivas de dois pensadores brilhantes, porém muito diferentes, não serve hoje a nenhum propósito senão atrasar significativamente a busca por conhecimento e pela verdade daqueles que trabalham na tradição mengeriana. ∞